



Departamento de Sociologia

Práticas e negociações alimentares das crianças em
contexto familiar: um estudo de caso exploratório
na região de Lisboa

José Teixeira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação

Orientadora:

Professora Doutora Mónica Truninger, Investigadora Principal
Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Coorientador:

Professor Doutor Pedro Vasconcelos, Professor Auxiliar
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Setembro de 2013



Departamento de Sociologia

Práticas e negociações alimentares das crianças em
contexto familiar: um estudo de caso exploratório
na região de Lisboa

José Teixeira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação

Orientadora:

Professora Doutora Mónica Truninger, Investigadora Principal
Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Coorientador:

Professor Doutor Pedro Vasconcelos, Professor Auxiliar
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Setembro de 2013

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer à Mónica pela paciência, insistência e todo o acompanhamento intelectual e profissional nesta jornada. Ao Pedro, por razões semelhantes mas, sobretudo, pela confiança e a atenção prestadas. À Ana pelo sossego, que tantas vezes foi vital. Ao Elmano. Finalmente, aos meus pais, Lena e Miguel, e à minha irmã Carolina, que, embora distantes, por inúmeras vezes estiveram tão próximos.

RESUMO

Na história do pensamento da antropologia e da sociologia, a alimentação tem servido de objeto para os mais diversos debates. Igualmente, as desigualdades sociais e a família são temas recorrentes na literatura da sociologia da alimentação. Com este trabalho, pretende-se perspetivar a relação entre a família, as desigualdades sociais de classe e a estruturação das práticas e do gosto alimentar das crianças. De um modo geral, pôde concluir-se que a classe social permanece um importante vetor de diferenciação das práticas e das escolhas alimentares das crianças (Bennett et al., 2009) e que as negociações alimentares entre as crianças e os progenitores são um momento importante dos vários eventos que contribuem para a estruturação do gosto alimentar das primeiras. Dada a reduzida independência que têm nesta idade, os progenitores desempenham um papel parental exercendo poder, de uma forma mais permissiva ou restritiva, sobre as escolhas das crianças. As dinâmicas envolvidas nas relações entre as crianças e os progenitores em torno da alimentação contribuem para a reprodução das estruturas de desigualdade coletiva (classe social) e, por intermédio das negociações levadas a cabo juntamente com progenitores, para inovações ao nível das práticas, das escolhas e das preferências das famílias tendo em consideração a agência das crianças.

Palavras-chave: alimentação, parentalidade, crianças, negociações, classe social

ABSTRACT

During the development of anthropology and sociology as autonomous disciplinary fields, food has been subject to the most varied discussions. Furthermore, social inequalities and family are recurring themes in the literature of sociology of food. With this work, my aim is to approach the relationship between family, social class inequalities and the processes of structuring children's food practices and taste. In general, it was concluded that social class remains an important vector for differentiating children's food practices (Warde, 1997) and that food negotiations among children and parents are an important *momentum* of the various food events contributing to the structuring of their tastes. Given the reduced independence they have at this age, parents play a parental role through enacting their power in a more permissive or restrictive way regarding children's choices. The dynamics involved in the relationships between children and parents around food contributes to reproducing class inequality and to innovating food practices in the family through children's agential capacities in the negotiations undertaken together with their parents.

Palavras-chave: food, parenting, children, negotiations, social class

ÍNDICE

Agradecimentos	iii
Resumo	v
Índice	vii
Índice de quadros	viii
Introdução	1
Capítulo 1	
Consumo alimentar, famílias e crianças	5
1.1. Consumo e gosto alimentar	8
1.2. Refeições familiares, parentalidade e autonomia infantil	13
Capítulo 2	
Metodologia	19
Capítulo 3	
Práticas alimentares das crianças e negociações em torno das suas escolhas	23
3.1. Práticas alimentares das crianças e suas famílias	23
3.2. Preferências e negociações em torno das escolhas das crianças	31
Conclusão	39
Bibliografia	43
Anexos	I
Anexo A. Tipologia de classes (individual)	I
Anexo B. Operacionalização do conceito de classe	II
Anexo C. Classificação Nacional das Profissões e Classe Social	III
Anexo D. <i>Curriculum Vitae</i>	IV

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 2.1. Caracterização das famílias segundo o género do progenitor e a respetiva posição socioeconómica	21
---	----

INTRODUÇÃO

Na história do pensamento da antropologia e da sociologia, a alimentação tem servido de objeto para os mais diversos debates. Igualmente, as desigualdades sociais e a família são temas recorrentes na literatura da sociologia da alimentação. Com este trabalho, pretende-se perspetivar a relação entre a família, as desigualdades sociais de classe e a estruturação das práticas e do gosto alimentar das crianças. Argumentar-se-á adiante que o estudo das práticas familiares geradas em torno da alimentação, quando conjugado com a análise das desigualdades de classe social, permite identificar diferenças estruturantes dos hábitos de consumo, das rotinas familiares e das dinâmicas de regulação e negociação do gosto alimentar das crianças.

Na perspetiva adotada, apesar da intensificação dos processos de individualização, as desigualdades sociais permanecem uma dimensão fundamental da análise das diferenças no consumo (Bennett et al., 2009). As práticas alimentares exprimem características da identidade coletiva e individual dos consumidores e são constrangidas por circunstâncias socioculturais (Caplan, 1997). A este argumento acrescenta-se o facto de que a alimentação continua a ser uma atividade essencialmente doméstica (Warde e Martens, 2000). No contexto português, o espaço doméstico é ainda um lugar importante para tomar a refeição mais importante do dia (e.g. o jantar), facto ainda mais significativo devido aos atuais constrangimentos económicos que impossibilitam muitas famílias portuguesas de comer fora com a regularidade de outrora. Para além disso, é importante frisar que a provisão de alimentos através da família interfere na definição dos padrões alimentares dos seus membros (DeVault, 1991; Jackson, 2009; James et al., 2009).

Deste modo, os objetivos deste trabalho são: (1) identificar práticas familiares em torno da alimentação, bem como as rotinas e o gosto alimentar das crianças; (2) identificar negociações parentais em torno das escolhas das crianças e outras práticas de regulação do gosto; (3) analisar se a classe social estrutura estes processos e de que modo.

Com base nestes objetivos, este trabalho organiza-se em três capítulos. No primeiro começa-se por definir um quadro teórico que está dividido em duas partes. Na primeira parte argumentar-se-á que o consumo não se restringe às trocas de mercado (Fine e Leopold, 1993; Warde, 1992) e abrange uma multiplicidade de práticas sociais (Warde, 2005) que exprimem características da identidade pessoal (Baumann, 2000; Beck, 1992; Giddens,

1991) e coletiva (Bourdieu, 1984; Lahire, 2002). Na segunda parte, começa-se por argumentar que alimentação é uma atividade fundamentalmente levada a cabo no âmbito de práticas e rotinas familiares quotidianas (Warde e Martens, 2000) e que estas organizam continuamente a alimentação das famílias e das crianças (DeVault, 1991; Jackson, 2009; James et al., 2009). Depois, considerando que a infância é um fenómeno geracional e de curso de vida e que as relações criança-adulto são preponderantemente assimétricas (Alanen, 2001), discutir-se-á o papel do controlo parental e das negociações de autonomia das crianças na organização das suas práticas alimentares e, conseqüentemente, na estruturação do gosto alimentar (James et al., 2009; Punch, 2010). Julga-se que este quadro teórico permite compreender que o gosto alimentar das crianças, para além de estar ordenado culturalmente segundo a posição socioeconómica das famílias, é ativamente contestado e negociado pelas mesmas no decurso das práticas alimentares. Por sua vez, o segundo capítulo é dedicado à metodologia utilizada neste trabalho e que tem por base uma parte dos dados recolhidos no âmbito do projeto “Entre a Escola e a Família: Conhecimentos e Práticas Alimentares das Crianças em Idade Escolar”¹ (PTDC/CS-SOC/11214/2009), financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e que combina, entre outros, os métodos dos grupos focais e dos diários alimentares. No terceiro capítulo serão analisadas, primeiro, as práticas e as rotinas alimentares das crianças e das suas famílias tendo em consideração os contextos sociais (e.g. casa, escola, restaurante, etc.), as relações sociais que se estabelecem no decurso dessas práticas e de que modo a classe social as condiciona. Depois, considerar-se-á as preferências alimentares das crianças, as negociações entre as crianças e os progenitores em torno das escolhas das primeiras e o modo como essas dinâmicas contribuem para a organização das práticas alimentares e para a estruturação do gosto das crianças.

De um modo geral, pôde concluir-se que a classe social permanece um importante vetor de diferenciação das práticas e das escolhas alimentares das crianças (Bennett et al., 2009) e que as negociações alimentares entre as crianças e os progenitores são um momento importante dos vários eventos que contribuem para a estruturação do gosto alimentar das primeiras. Dada a reduzida independência que têm nesta idade, os progenitores desempenham um papel parental exercendo poder, de uma forma mais permissiva ou restritiva, sobre as escolhas das crianças. As dinâmicas envolvidas nas relações entre as

¹ O autor participou neste projeto como assistente de investigação e colaborou na recolha empírica de todos os materiais, nomeadamente na moderação de grupos focais com crianças e pais.

crianças e os progenitores em torno da alimentação contribuem para a reprodução das estruturas de desigualdade coletiva (classe social) e, simultaneamente, para inovações ao nível das práticas, das escolhas e das preferências das famílias tendo em consideração a agência das crianças, em particular, a que é expressa por intermédio das negociações levadas a cabo com os progenitores.

1. CONSUMO ALIMENTAR, FAMÍLIA E CRIANÇAS

Na antropologia e na sociologia têm sido adotadas diferentes perspectivas nos estudos sobre a alimentação (Beardsworth e Keil, 1997). Se por um lado, durante os anos 20 e 30, a visão mais comumente partilhada foi a teoria funcionalista (Radcliffe-Brown, 1922; Malinowski, 1935), a partir das décadas de 60 e 70 as pesquisas sobre a alimentação inspiraram-se sobretudo no pensamento estruturalista (Lévi-Strauss, 1969; Barthes, 1975; Douglas, 1975). Desde então, fortes críticas foram feitas às perspectivas estruturalistas (Goody, 1982; Mennell, 1985; Mintz, 1985) e, mais recentemente, alguns estudos têm vindo a tomar as perspectivas pós-estruturalistas (Lupton, 1996; Mann et al., 2011) com o objetivo de desenvolver uma abordagem crítica sobre os processos de estruturação dos significados (e.g. semiótica material e poder disciplinar) sem, contudo, menosprezar os aspetos culturais da ação, o poder das instituições e dos discursos hegemónicos.

Tomando a perspectiva funcionalista de Radcliffe-Brown (1922), a alimentação é sobretudo uma atividade que promove a integração social. Os rituais (e.g. preparação e partilha de alimentos) e os mitos em torno da alimentação representam formas de socialização que contribuem para o refortalecimento de sentimentos de reciprocidade e interdependência (Radcliffe-Brown, 1922). Em continuidade com esta linha de pensamento, Malinowski (1935) parte do pressuposto que os indivíduos são seres do reino animal, dotados de necessidades biológicas e sociais, tais como alimentar-se, para explicar que as preferências alimentares decorrem de predisposições genéticas e de esquemas culturais que permitem identificar os alimentos comestíveis e escolher, entre eles, os que mais contribuem para otimizar a vitalidade dos seus corpos. Todavia, os argumentos em torno da função social e nutricional dos alimentos ignoram a complexidade e as tensões envolvidas na estruturação das práticas alimentares e atribuem um papel secundário ao gosto nas escolhas de consumo (Lupton, 1996).

Na perspectiva estruturalista Lévi-Straussiana, quando nos alimentamos não estamos simplesmente a ingerir nutrientes (Caplan, 1997). Recorrendo à metáfora linguística, Lévi-Strauss (1969) argumenta que a alimentação é um sistema cultural composto por práticas, procedimentos, convenções e significados estruturados (e.g. critérios de elegibilidade, técnicas de preparação e de confeção). A ação, os valores, os pensamentos e as identidades dos indivíduos dizem respeito a padrões que estão ordenados segundo normas e expectativas

estruturadas culturalmente (Lévi-Strauss, 1969). De modo semelhante, para Barthes (1975) os bens, as práticas e as técnicas em torno da alimentação estão integradas num sistema de significados diferenciados que transmitem informações sobre as estruturas que organizam, de um modo geral, a sociedade. Do seu ponto de vista a alimentação funciona como uma “lente” para analisar toda a sociedade. Mary Douglas (1975), por sua vez, sustenta que as refeições estão estruturadas ao longo do dia, da semana, do mês e do ano segundo uma hierarquia de importância (e.g. as refeições durante a semana têm menos prestígio simbólico que o almoço de domingo ou o jantar de natal). A mobilização sistemática desta estrutura rígida e sequencial é um processo através do qual os indivíduos exprimem a sua pertença à família e definem fronteiras em relação a outros círculos sociais (Douglas, 1975). Contudo, para Goody (1982) os argumentos estruturalistas que aqui foram apresentados ignoram as diferenças e as desigualdades internas dos sistemas culturais (e.g. classe social, género, etnia, tipo de família) e promovem a construção de discursos homogéneos sobre as práticas alimentares (e.g. padrões alimentares rígidos) (Caplan, 1997: 12). A metáfora linguística de matriz Lévi-Straussiana, apesar de ser útil para analisar os padrões das práticas e do gosto alimentar, ao não contemplar a agência, a “experiência vivida” (Mennel, 1985: 13-14, cit. Caplan, 1997) e um conjunto de fatores socioculturais externos tais como as relações socioeconómicas e políticas e os processos históricos é insuficiente para explicar o carácter dinâmico e contraditório dos significados em torno da alimentação (Goody, 1982; Mennel, 1985; Mintz, 1985).

Para Goody (1982), a industrialização e a modernização do setor agroalimentar são dois fatores que contribuíram para diversas inovações e transformações, por exemplo, nas técnicas de preservação, na distribuição de bens e serviços e nos hábitos alimentares dos consumidores. Na sua perspectiva, nas sociedades capitalistas fortemente estruturadas segundo os princípios de desigualdade social, os regimes alimentares são bastante elaborados quando comparados com outras sociedades pré-capitalistas (Goody, 1982). Nos estados nacionais de capitalismo avançado, são colocados diariamente à disposição dos consumidores uma variedade de produtos provenientes de várias partes do mundo e de bens produzidos industrialmente (Germov e Williams, 1999; Godman e Watts, 1997). As transformações ocorridas na produção e no consumo após a industrialização do sector agroalimentar também foram um elemento central para a análise desenvolvida por Mintz (1985). Este autor argumenta que o aumento drástico dos níveis de consumo de açúcar

verificados durante os séculos XIX e XX está relacionado com processos económicos e políticos estabelecidos à escala global. Na sua perspetiva, à medida que foram sendo introduzidos novos alimentos ricos em gorduras e açúcares, as escolhas dos consumidores alargaram-se e o paladar distanciou-se da nutrição (Mintz e Du Bois, 2002). Para além do impacto nas dietas, Mintz (1985) observou que as mudanças nos bens e nos serviços alimentares (e.g. refeições pré-confeccionadas) tiveram impacto nas práticas alimentares. A estrutura rígida definida por Douglas (1975) em torno das rotinas e das práticas alimentares dissolveu-se num padrão irregular composto por diversos *snacks* (Mintz, 1985). Também para Mennell (1987), a industrialização e internacionalização do sistema agroalimentar conduziu a uma flexibilização e pluralização das práticas, dos rituais e dos contextos em torno da alimentação. Simultaneamente, este autor argumenta que as desigualdades no acesso a alimentos (i.e. na quantidade de comida consumida) reduziram-se (Mennell, 1987). Todavia, como se irá ver mais à frente, as desigualdades de classe social permanecem um elemento importante de diferenciação das práticas alimentares (Warde, 1997).

Mais recentemente, alguns estudos sobre a alimentação têm adotado perspetivas pós-estruturalistas (Lupton, 1996; Mann et al., 2011) que combinam, por exemplo, as visões de Michel Foucault (1978) ou Bruno Latour (2005). Para Foucault (1978), está em causa o modo através do qual os indivíduos incorporam um conjunto de conhecimentos que estruturam a sua relação subjetiva com o mundo. Na sua perspetiva, esse processo é mediado por relações de poder que não são necessariamente exercidas de forma autoritária (i.e. reduzindo o grau de liberdade individual dos sujeitos) por entidades externas como o Estado, ou seja, os indivíduos têm a capacidade de se autorregular em exercendo um poder disciplinar sobre o corpo, por exemplo, através do discurso. Por sua vez, os discursos (e.g. discurso médico-nutricional) exprimem conhecimentos (i.e. normas e regras) que foram internalizados e que tornam legítimas as relações de poder estabelecidas ao nível dos campos de produção do saber (Foucault, 1978). Para Lupton (1996), a análise dos discursos, quando combinada com a das formas de expressão não-discursivas e pré-discursivas (e.g. expressões, gestos), permite estudar o gosto como um processo que é contextualmente (re)construído no decurso da produção de subjetividades. Latour (2005), por seu turno, argumenta que o modo como o corpo se articula com o espaço, com os objetos, as pessoas e as tecnologias condiciona os significados que são construídos pelos indivíduos (e.g. o gosto). O gosto é dinâmico e altera-se no decurso de práticas que ocorrem numa pluralidade de

configurações materiais e simbólicas (Carolan, 2011: 4). Segundo Mann et al. (2011), deve-se analisar o modo como os corpos se articulam com os alimentos para compreender de que modo o gosto é reconstruído quotidianamente no decurso de práticas. Nesta perspetiva o gosto é um processo que, apesar de estar condicionado pela experiência pessoal e global dos indivíduos, se caracteriza por uma contínua adaptação do corpo aos alimentos através de técnicas corporais (e.g. comer com as mãos) e de materialidades (e.g. comer com talheres) (Mann et al., 2011).

Pelo até agora exposto, verifica-se que a alimentação é um fenómeno composto por relações sociais de produção e consumo que se estabelecem no decurso de práticas e rotinas (e.g. refeições familiares) que estão organizadas segundo ideias, significados e conhecimentos estruturados culturalmente (Barthes, 1975; Douglas, 1975; Lévi-Strauss, 1969). Porém, as estruturas que medeiam a relação entre os indivíduos e os alimentos (e.g. o gosto) são interdependentes dos processos sociais, económicos, históricos e políticos e, nesse sentido, são internamente desiguais (e.g. em termos de classe social, género, etnia) (Goody, 1982), flexíveis (Mennell, 1985), dinâmicas (Mintz, 1985) e contextualmente produzidas/transformadas (Lupton, 2006; Mann et al., 2011). Neste trabalho analisar-se-á o papel estruturante das desigualdades de classe social nas práticas e no gosto alimentar das crianças e a natureza contextual da sua estruturação tendo em consideração as relações sociais de poder - negociações - que estabelecem com os progenitores no decurso das práticas alimentares familiares em contexto doméstico.

1.1. Consumo e gosto alimentar

Ao contrário da visão defendida pelas teorias da ação racional (Goldthorpe, 1996) e da economia neoclássica (Smith, 1759), o consumo não se reduz a um comportamento racional orientado para a maximização dos ganhos individuais, nem tão pouco à noção de procura ou ao ato de compra (Harvey et al., 2001; Truninger, 2010). Entende-se aqui o consumo não como uma prática *per se*, mas antes como um momento transversal a quase todas as práticas (Warde, 2005). Ou seja, um processo através do qual os indivíduos se apropriam de bens, serviços e experiências – com fins utilitaristas, expressivos ou meramente contemplativos – no decurso de práticas, sem que essa troca envolva necessariamente dinheiro (Warde, 2005: 137). Por sua vez, as práticas são “formas rotinizadas de comportamentos compostas por vários elementos interligados entre si, tais como atividades corporais e mentais, ‘coisas’ e o

seu uso, conhecimentos, emoções e motivação” (Reckwitz, 2002: 249, tradução própria).

Tradicionalmente, a abordagem da sociologia sobre a alimentação desenvolveu-se de acordo com uma estrutura de divisão do trabalho onde, por um lado, a sociologia da alimentação, tomando a perspectiva da sociologia do consumo, preocupa-se essencialmente com os aspetos culturais das práticas e do gosto e onde, por outro lado, a sociologia rural debruça a sua análise sobre os processos organizacionais e económicos da produção alimentar (Tovey, 1997). Contudo, mais recentemente alguns autores (Fine e Leopold, 1993; Fine 2002; Warde, 1992) têm procurado ultrapassar uma linguagem dicotómica entre produção e consumo. Para Warde (1992), o consumo não se circunscreve ao consumo final ou às escolhas dos consumidores, ou seja, envolve um conjunto de etapas (i.e. *design*, inovação, produção, marketing, distribuição, troca, uso e descarte) e o seu acesso faz-se a partir de diversos modos de provisão tais como o doméstico, o mercado, o Estado e o comunitário. Cada um destes circuitos caracteriza-se por diferenças nas normas que regulam a distribuição e o acesso a bens e serviços, nas circunstâncias de troca e no tipo de relações que se estabelecem entre o fornecedor e o consumidor. Para além de determinantes no modo como os indivíduos acedem a bens e serviços, os modos de provisão interferem nos significados e nos valores que lhes são atribuídos (Harvey et al., 2001).

No caso particular da alimentação, as práticas e os rituais em torno da ingestão de alimentos desenvolveram-se enquanto atividades maioritariamente domésticas (Warde e Martens, 2000: 17). Segundo o modelo dos modos de provisão elaborado por Warde (1992), no modo de provisão doméstico as trocas estabelecem-se com base nas relações institucionais de obrigatoriedade familiar, não envolvem dinheiro e o trabalho é realizado pelos membros das famílias. No entanto, comer fora, comprar ou encomendar refeições pré-confeccionadas são práticas mais comuns e isso representa um acesso mais regular ao modo de provisão do mercado. Ao contrário do consumo doméstico, no mercado o consumo organiza-se através de trocas comerciais entre quem realiza a compra (i.e. quem paga) e o funcionário que é pago pelo empregador. Para além destes modos de provisão, existem ainda o do Estado e o da comunidade. No primeiro, os cidadãos reclamam os direitos conquistados para aceder a bens e serviços pagos pelo Estado e que são fornecidos por funcionários públicos. No segundo, o consumo é feito por intermédio da comunidade e das redes pessoais (e.g. vizinhos, amigos, instituições de solidariedade social), não envolve dinheiro e as trocas organizam-se sobre o princípio da reciprocidade e da solidariedade (Harvey et al., 2001: 62).

Sob esta perspectiva, o consumo alimentar é um processo multifacetado que não se circunscreve apenas às trocas de mercado. Deverão tomar-se em conta também os contextos relacionais, as práticas e as convenções que organizam a apropriação de bens e serviços considerando que as relações em torno do consumo se estabelecem de formas diferentes nos múltiplos modos de provisão e que a cada um deles estão associadas subculturas de consumo com uma autonomia relativa (e.g. cultura comercial) (Warde e Martens, 2000).

Segundo Bourdieu (1984) o gosto está inserido em culturas de classe que regulam práticas de distinção social e expressam diferentes padrões de consumo conforme a posição ocupada pelos indivíduos no espaço social, isto é, de acordo com o volume e estrutura dos capitais económico, cultural, simbólico e social que detêm (Bourdieu, 1984). Na perspectiva de Bourdieu (1984), as práticas são mediadas pelo *habitus*, um sistema de disposições incorporadas e transponíveis que gera esquemas práticos de ação e atribuição de valor e significados. Ao *habitus* cumpre a função de mediar a relação entre a posição socioeconómica dos indivíduos e o universo de estilos de vida organizando um conjunto de experiências de socialização nas quais os indivíduos incorporam determinados hábitos, gostos e preferências. O gosto, por sua vez, funciona como o “operador prático de transmutação do mundo físico (i.e. das “coisas”) num conjunto de sinais distintos e distintivos que expressam uma determinada classe de condições de existência” (Bourdieu, 1984: 174). Todavia, as culturas de classe não são homogêneas. Crítico em relação ao carácter sistemático e ao poder unificador do *habitus*, Lahire (2002) argumenta que o sistema de disposições incorporado pelos agentes envolve uma multiplicidade de princípios, por vezes contraditórios e concorrentes, que decorrem da pluralidade de experiências vividas e das diferentes instâncias culturais com que se confrontam no dia-a-dia. Partindo do princípio que os hábitos dos indivíduos são potencialmente heterogêneos, na sua perspectiva, o *habitus* não reproduz as estruturas objetivas de uma forma uniforme. Para Bourdieu (1984) e Lahire (2002) os indivíduos desempenham um papel mínimo nas escolhas de consumo. Como foi referido anteriormente, segundo Mennell (1987) a modernização do sistema agroalimentar caracterizou-se, entre outros, por uma pluralização das práticas e dos significados alimentares e por uma redução das desigualdades socioeconómicos no acesso ao consumo de alimentos. Na perspectiva dos teóricos dos processos de individualização (Bauman, 200; Beck, 1992; Giddens, 1991), nas sociedades contemporâneas as classes sociais são categorias insuficientemente diferenciadas para agrupar as inconsistências e incoerências das

práticas de consumo levadas a cabo por indivíduos que estão envolvidos reflexivamente na construção das suas identidades (Warde, 1994). Segundo Beck (1992), na “modernidade reflexiva”² as estruturas tradicionais que organizam a vida social (e.g. família, classe social, género) são constantemente contestadas e dão lugar a processos de individualização através dos quais os indivíduos desincorporam as normas e os valores das instituições tradicionais e reincorporam novas estruturas socioculturais por intermédio de um processo reflexivo de construção das suas biografias (Beck, 1992). A necessidade dos indivíduos produzirem escolhas entre uma diversidade de possibilidades conduz a que integrem estilos de vida, ou seja, práticas e significados partilhados que sustentam, de uma forma material ou simbólica, uma dada narrativa do *self* (Giddens, 1991: 81). Para estes autores o consumo representa uma atividade de risco na medida em que podem existir desarticulações entre as práticas e as narrativas identitárias que põem em causa a segurança ontológica dos indivíduos e geram ansiedade (Bauman, 2000).

Crítico em relação às teorias da individualização e ao consumo enquanto atividade de “risco”, Warde (1994) argumenta que se pode estudar as tendências para o consumo tendo em consideração os níveis de pertença e regulação social expressos através de práticas. Na sua perspetiva, os teóricos dos processos de individualização (Bauman, 2000; Beck, 1992; Giddens, 1991) focam essencialmente as tendências do que Warde (1997) chamou individualização e informalização do consumo, ou seja, argumentam que, por um lado, houve uma diversificação dos comportamentos do consumidor e uma flexibilização das normas e dos constrangimentos coletivos e, por outro, um declínio do espírito de disciplina nas práticas de consumo. Para além disso, também se verificam contra-tendências: os sentimentos associados à não-pertença a grupos promoveram dinâmicas de reintegração social e de comunificação (e.g. criação de “comunidades imaginadas”) (Bauman, 1991: 246) e fizeram emergir novos grupos com hábitos de consumo bastante estilizados, isto é, com forte sentido de estilo e disciplina (Warde, 1997).

Com base nisto, Warde (1994, 1997) argumenta que a explicação das escolhas não se reduz às trajetórias de individualização e diversificação do comportamento dos

² Para Beck (1992), as sociedades pós-modernas transitaram para uma etapa “reflexiva” da modernização, também caracterizada como “sociedade de risco”, ou seja, para uma “condição onde o conhecimento científico e a tecnologia são sistematicamente mobilizados para enfrentar os riscos e as inseguranças promovidas pelo legado da primeira etapa de modernização, ou seja, a industrialização” (Warde, 1994: 878, tradução própria).

consumidores. Outra explicação possível tem por base a crescente diferenciação dos estilos de vida e correspondente segmentação do mercado (e.g. nichos de consumo). A desvinculação dos laços tradicionais e a maior eficácia das escolhas dos consumidores no decurso dos seus processos de identificação coletiva contribuiu para o surgimento de grupos mais pequenos e especializados (e.g. estilos de vida). Para além disso, Warde (1997) sustenta que, em alguns grupos, o consumo se massificou e que isso pressupõe uma uniformização dos padrões de consumo em virtude do eventual declínio do poder das classes sociais e do papel das indústrias culturais na produção de conteúdos transversais às diferenças de classe e estilo de vida. Por fim, Warde (1997: 17) aponta para a possibilidade das estruturas de diferenciação coletiva (e.g. classe, género, geração, etnia) se estarem a tornar mais intensas (Warde, 1997: 17). Na sua perspetiva, a última explicação deve prevalecer sobre as restantes uma vez que, apesar de terem ocorrido transformações substanciais nos hábitos de consumo das sociedades ocidentais, perpetuou-se um conjunto de contrastes sociodemográficos, por exemplo ao nível dos discursos em torno do julgamento social, dos hábitos alimentares (Bennett et al., 2009) e da distribuição de tarefas relacionadas com a preparação doméstica de refeições.

Nesta parte viu-se que, à luz do conceito de consumo proposto por Warde (1994), a alimentação é uma atividade que ultrapassa o ato de comer e abrange uma diversidade de práticas em torno dos alimentos, tais como planear ementas, comprar e armazenar alimentos, cozinhar e servir refeições e descartar os restos de comida (i.e. lixo). Na sua perspetiva, o foco analítico da sociologia do consumo deve deslocar-se do consumo final para a diversidade de práticas que compõem o consumo. Para além disso, e como já referido anteriormente, o consumo não envolve apenas trocas comerciais, ou seja, alarga-se a outras redes de provisão de bens e serviços, tais como a família, o Estado ou a comunidade (Warde, 1992). Uma vez que cada modo de provisão está organizado segundo modelos normativos que, embora interdependentes, possuem uma autonomia relativa, a contextualização das relações de troca é um elemento importante da análise dos processos de estruturação das práticas e dos significados que medeiam a relação entre os indivíduos e os bens alimentares. Comer em casa, na escola, num restaurante ou na casa de um amigo são eventos que se diferenciam sobretudo em função da relação entre o consumidor e o fornecedor (e.g. princípio sobre o qual se estabelece a troca, a organização do trabalho envolvido nas várias etapas até ao consumo final). Verificou-se também que o modo como os indivíduos se

articulam com o consumo é ambivalente, ou seja, não se regula sempre segundo os mesmos princípios. Enquanto algumas práticas de consumo tornaram-se mais individualizadas, estilizadas ou até massificadas, de um modo geral organizam-se de acordo com constrangimentos coletivos, tais como a classe social, o género, a etnia, a geração, etc. (Warde, 1997). Embora alguns indivíduos possam exercer uma maior reflexividade e disciplina sobre as suas escolhas alimentares, a alimentação remete para práticas mundanas que muitas vezes são levadas a cabo de uma forma automática e mecânica pelos indivíduos, sem se dar por isso. Deste modo, neste trabalho as práticas alimentares serão conceptualizadas fundamentalmente a partir do conceito de *habitus* formulado por Bourdieu (1984), ou seja, tendo em consideração as disposições práticas que são incorporadas individualmente no decurso de trajetórias fortemente condicionadas pela posição ocupada pelos indivíduos no espaço social e no respetivo universo de estilos de vida.

1.2. Refeições familiares, parentalidade e autonomia infantil

O consumo, para além de simbólico e material, é uma atividade fundamentalmente relacional. As relações que se estabelecem no decurso das práticas em torno do consumo alimentar são determinantes para a contextualização da ação. A partilha de alimentos é uma atividade que pode promover o refortalecimento dos laços afetivos e das relações de amizade. O tipo de comida partilhada e a frequência com que ocorre a partilha podem ser elementos importantes da construção e reprodução das relações emocionais (Lupton, 1996: 37). Embora também possam surgir tensões, a provisão e partilha de alimentos na família tem um elevado valor emocional (e.g. amor paternal, maternal, romântico e preocupações em relação ao bem-estar da família) e tende a contribuir para a identidade coletiva da família e dos seus membros e para o desenvolvimento de sentimentos de pertença comunitária. Adiante analisar-se-á a alimentação enquanto atividade essencialmente doméstica (Warde e Martens, 2000) e enquanto modo central de acesso ao consumo para as crianças (James et al., 2009).

Enquanto alguns autores (Fischler; 1988; Mennell, 1987) têm argumentado a favor do declínio das refeições em família a propósito das transformações ocorridas nos hábitos alimentares nas sociedades capitalistas avançadas (e.g. o consumo de *snacks* ao longo do dia, outros sustentam que o seu valor simbólico permanece elevado (DeVault, 1991; Jackson, 2009). Na perspetiva dos primeiros, a refeição em família corresponde a uma entidade

estável e universal, que é regularmente praticada, composta por comida “adequada” (i.e. por comida que exige tempo e esforço a preparar, que contém ingredientes frescos e naturais, e que, depois de cozinhada, é servida quente) e cujo valor icónico está associado ao modelo da família nuclear do tipo estrutural-funcionalista Parsoniano (Curtis et al., 2010; Murcott, 1982; Parsons, 1971). Todavia, o que constitui realmente uma refeição familiar é controverso e, como veremos, diz respeito a uma variedade de alimentos e de práticas. A ideia de que é no âmbito das famílias nucleares que são consumidas refeições “adequadas” não corresponde necessariamente à realidade e insere-se numa determinada ideologia sobre o que representa a família (Jackson, 2009). Embora o valor simbólico atribuído à família nuclear permaneça elevado, existe uma diversidade de configurações familiares e de parentesco (e.g. família alargada, monoparental, recomposta) que deve ser tomada em consideração, bem como uma vasta pluralidade de outros contextos de comensalidade (e.g. amicais, vicinais) que não podem ser ignorados (Vasconcelos, 2011).

Se se tomar a perspetiva de DeVault (1991), a identidade coletiva da família e dos seus membros é (re)criada quotidianamente através de um conjunto de rotinas e de práticas mundanas, entre as quais a preparação e consumo de refeições. Ao propor que a família é, sobretudo, o resultado de um trabalho prático levado a cabo pelos seus elementos em diferentes configurações institucionais, distancia-se das visões mais unívocas e institucionalistas da família, de tipo estrutural-funcionalista (Parsons, 1971) e com claro enviesamento familiarista conservador, que pressupõem uma reprodução linear do que se entende serem as estruturas sociais. Em continuidade com este argumento crítico, Morgan (2011) sustenta que as estruturas sociais não existem simplesmente. Pelo contrário, são sucessivamente “produzidas e modificadas pelos produtores e pelos consumidores culturais” no decurso de práticas (Morgan, 2011: 16). Ao adotar-se uma abordagem relacional, a família emerge como um processo dinâmico que se caracteriza por uma fluidez das relações, das práticas e das estruturas através das quais se organiza. Em vez de corresponder a uma estrutura estável e estabilizadora, a família decorre de práticas complexas, interdependentes de uma pluralidade de estruturas de diferenciação (e.g. classe, género, geração) e que se estabelecem no âmbito de relações que transcendem a rede de elementos da família, isto é, que abrangem membros de outros círculos sociais. O que está em causa é a agência dos indivíduos, o tipo de práticas que são levadas a cabo (em particular, as que são reconhecidas como constitutivas da pertença à família) e o modo como se articulam na construção da

família (Morgan, 2011: 33).

Embora a perspectiva relacional permita constatar que existem diferenças entre os modelos idealizados de família e as suas práticas concretas, como foi referido, as relações familiares também são um processo estrutural, por exemplo, na medida em que se organizam de acordo com estruturas de diferenciação social como o género ou a geração e o grupo etário. Segundo Warde (1997), nas sociedades contemporâneas persiste um conjunto de diferenças socioeconómicas, de género e geração ao nível dos hábitos e das práticas alimentares. Partindo da teoria de Bourdieu (1984) sobre o *habitus*, as diferenças socioeconómicas caracterizam a maioria das práticas levadas a cabo pelos indivíduos. A família representa um espaço privilegiado de transmissão de disposições práticas, normas e expectativas sociais que contribui significativamente para a reprodução das estruturas de classe, ao ponto de poderem ser entendidas como ‘famílias de classe’ (Bertaux 1978). Ao partilharem um conjunto de práticas, bens e serviços, os elementos da família incorporam gostos e preferências que interferem significativamente no modo como experimentam subjetivamente a realidade que se lhes apresenta. Por sua vez, a posição socioeconómica dos elementos da família pode condicionar o acesso a um conjunto de experiências gastronómicas, quer pelas contingências financeiras, quer pelas contingências de estilo de vida. No que respeita às diferenças de género nas práticas alimentares das famílias, estas identificam-se sobretudo na estrutura de divisão do trabalho doméstico. Apesar de, hoje em dia, os homens assumirem mais responsabilidades nas tarefas domésticas, são sobretudo as mulheres que realizam a maior parte do trabalho em torno da preparação das refeições (DeVault, 1991). Embora possam surgir conflitos e tensões perante uma divisão desigual do trabalho doméstico, o desempenho de certas tarefas que retêm um elevado valor emocional pode ser gratificante e representa, em última análise, um controlo sobre o corpo e a identidade (Lupton, 1996). Enquanto as práticas alimentares são uma lente para estudar as relações de género na família, como foi referido desempenham-se diferentes papéis no âmbito dos tipos de relações familiares definidas estruturalmente (e.g. relações entre filhos, entre os progenitores e os filhos, o pai e a mãe, entre os cônjuges, tios, os netos e os avós). Neste trabalho focar-se-ão as relações entre as crianças e os progenitores.

Para as crianças e para os jovens, a família é um espaço importante de aculturação das normas e dos padrões alimentares (e.g. gosto, modos de estar à mesa) (Backett-Milburn et al., 2010). É por intermédio das relações que se estabelecem em torno da alimentação da

família que as crianças desenvolvem as primeiras experiências culinárias e os seus hábitos alimentares (Lupton, 1996: 37). Embora as crianças se tornem mais autónomas em relação à família à medida que, no decurso da sua socialização, interagem com uma pluralidade de instituições e contextos sociais, durante a infância as suas oportunidades de consumo estão fortemente constrangidas pelas escolhas dos progenitores. Enquanto fenómeno geracional e de curso de vida, a infância e a vida adulta são categorias e condições sociais distintas e as relações que se estabelecem entre as crianças e os adultos são preponderantemente assimétricas, com marcada desigualdade de poder (Nunes de Almeida, 2011). Na família, a posição dos elementos e as práticas que desempenham estão organizadas geracionalmente e interferem no modo como se relacionam entre si. Se tomarmos uma abordagem relacional, as crianças e os adultos são categorias interdependentes e só existem relacionalmente, ou seja, perante a existência e manifestação do outro. A parentalidade é um trabalho prático que emerge da relação entre os progenitores e as crianças onde os indivíduos se identificam com ambas as categorias (adulto, criança) e recriam os seus papéis (pai, mãe, filho, filha) (James et al., 2009). A falta de controlo que as crianças e os jovens aparentam ter para influenciar, organizar e coordenar o seu quotidiano decorre de uma restrição sobre a sua capacidade de ação e que é exercida no âmbito do controlo parental (autoritário ou não) (Alanen, 2001). A restrição da agência das crianças deve ser perspectivada como uma regulação da sua ação e não propriamente como uma anulação. A organização das relações geracionais envolve uma dimensão de negociação da autonomia relativa das crianças tendo em consideração a estrutura de oportunidades que é definida pelos adultos. Nesta perspetiva, a infância diz respeito a um contrato continuamente renegociado na relação entre as crianças e os progenitores através do qual as crianças procuram adquirir autonomia desafiando o controlo parental ou, em alguns casos, simplesmente aceitando o que lhes é imposto (Nunes de Almeida, 2011; Punch, 2010). Se se adotar esta perspetiva, os equilíbrios de poder envolvidos nas relações entre as crianças e os adultos são dinâmicos e pressupõem cedências e resistências de ambas as partes. Ao contemplar-se a agência das crianças, considera-se o papel ativo que desempenham nas negociações familiares e na (re)construção da família.

Na primeira parte deste capítulo reforçou-se, entre outros, a necessidade de ter em consideração na análise da estruturação das práticas e do gosto, os constrangimentos coletivos de classe e os múltiplos contextos relacionais nos quais ocorrem as trocas. Tomando por referência as trocas domésticas, nesta parte procurou-se explorar o papel das

relações de parentalidade na reprodução e transformação das estruturas coletivas do gosto. Considerando que as refeições familiares, estando organizadas segundo modelos normativos abrangentes, permanecem um importante modo de provisão de bens para o consumo, as relações que se estabelecem em torno da produção e do consumo familiar remetem para práticas e significados que são partilhados e incorporados pelos membros das famílias e que contribuem, em última análise, para a construção do *habitus* dos respetivos membros. Todavia, enquanto as relações de parentalidade se caracterizam estruturalmente por desigualdades de poder nas quais os adultos, ocupando uma posição dominante sobre as crianças, exercem um controlo sobre a sua autonomia, se se adotar uma perspetiva relacional, a incorporação das disposições práticas que organizam o *habitus* não é um processo linear. Pelo contrário, a incorporação e transformação das estruturas coletivas que organizam as práticas e os significados em torno da alimentação das crianças é um processo potencialmente contestado pelas mesmas e emerge contextualmente no decurso de práticas e negociações de autonomia relativa dos protagonistas através das quais exprimem a sua agência. Assim, as hipóteses subjacentes a este trabalho são, por um lado, que a classe social condiciona as práticas alimentares das famílias e as negociações que ocorrem entre as crianças e os progenitores e, por outro lado, que estas dinâmicas remetem para processos através dos quais as crianças incorporam ativamente hábitos e gostos alimentares.

2. METODOLOGIA

Metodologicamente, esta dissertação assenta numa estratégia que combina métodos qualitativos e quantitativos, utilizando dados que resultam da aplicação de técnicas como os grupos focais, diários alimentares e questionários de caracterização sociodemográfica.

A base empírica deste trabalho corresponde a uma parte dos dados recolhidos no âmbito do projeto “Entre a Escola e a Família: Conhecimentos e Práticas Alimentares das Crianças em Idade Escolar” (PTDC/CS-SOC/11214/2009), com financiamento da Fundação para a Ciência e Tecnologia e que teve início em 2011. Desenvolvendo uma perspetiva alargada sobre a problemática da alimentação das crianças e das famílias, este projeto tem por objetivos compreender, por um lado, a organização e regulação do sistema de refeições escolares orientadas para uma “alimentação saudável” e, por outro, as práticas e os conhecimentos alimentares das crianças bem como os hábitos alimentares das famílias. Porém, apesar da sua abordagem se alargar a outros modos de provisão para além da família, como os do mercado e do Estado, nesta dissertação incidiu-se sobretudo nas práticas alimentares em contexto doméstico. Isto deve-se ao facto de se procurar compreender o papel das relações familiares na reprodução e negociação das estruturas do gosto e das preferências alimentares. Do mesmo modo, enquanto o projeto abrange dois grupos etários, nomeadamente o das crianças com idades entre os 6 e os 9 anos e entre os 10 e os 12 anos, nesta dissertação debruçou-se a análise somente sobre o grupo das primeiras crianças partindo da hipótese de que, quando comparados com as mais velhas, a sua autonomia é menor e a sua agência é sujeita a um maior controlo parental (i.e. verifica-se uma maior restrição das suas escolhas). Enquanto o projeto em causa envolve três regiões do país, neste trabalho, dado o seu carácter exploratório, analisaram-se somente alguns casos da região de Lisboa. Para além disso, neste projeto, a escolha das famílias foi feita de forma aleatória e os progenitores nem sempre correspondiam às crianças selecionadas para participar nos grupos focais. Todavia, para este trabalho considerou-se somente as famílias onde foi selecionada a criança e o respetivo progenitor.

Para efeitos desta análise, foram escolhidas seis famílias (ver quadro 2.1) pertencentes a grupos socioeconómicos distintos de acordo com a profissão e a escolaridade de um dos progenitores. Todavia, esta amostra apresenta algumas limitações. Mais concretamente, por um lado, a sua diversidade interna não abrange algumas categorias

sociais (e.g. empresários e dirigentes, profissionais intelectuais e científicos, profissionais técnicos e de enquadramento intermédio, camponeses e assalariados agrícolas) e, por outro lado, é composta fundamentalmente por dois grupos, um grupo de profissionais independentes, com qualificações intermédias (à exceção de um indivíduo que não tinha escolaridade), e outro grupo de indivíduos com baixa escolaridade, assalariados e com uma atividade profissional pouco qualificada. Considerando a proposta de Bourdieu (1984) sobre a organização do espaço social e o respetivo posicionamento dos indivíduos nesse espaço multidimensional, a estrutura e o volume de capitais, em particular os capitais cultural e económico, são vetores centrais de diferenciação social. Deste modo, optou-se por recorrer à adaptação da “tipologia ACM” (Costa, 1999; Costa et al., 2000; Costa, Almeida, Machado, 2009) (ver tipologia no anexo A) desenvolvida por Vasconcelos (2002, 2011) para operacionalizar o conceito de classe social (ver operacionalização no anexo B) uma vez que esta tipologia permite reconstruir a configuração destes capitais articulando a condição dos indivíduos (e progenitores) perante o trabalho, a qualificação escolar que detêm e o setor de atividade em que trabalham (de acordo com a Classificação Nacional de Profissões de 1994 a três dígitos, ver operacionalização no anexo C). Os dados foram recolhidos a partir de questionários de caracterização sociodemográfica e de quatro grupos focais realizados em 2012 na região de Lisboa, dois com as crianças e dois com os progenitores - nos quais apenas estiveram presentes a mãe ou o pai das crianças em estudo - onde se analisaram, entre outros aspetos, as práticas alimentares quotidianas das famílias, as preferências alimentares das crianças e as negociações criança-adulto em torno das escolhas alimentares; da aplicação de diários alimentares às crianças com o objetivo de identificar os hábitos e as rotinas alimentares, as escolhas e as relações sociais que se estabelecem em torno das refeições e fora delas; e, por fim, da aplicação de questionários de caracterização sociodemográfica aos progenitores por forma a identificar a posição socioeconómica do agregado.

Quadro 2.1
 Caracterização das famílias segundo o género do progenitor e a respetiva posição socioeconómica

Família	Progenitor	Posição socioeconómica do progenitor
Família da Sara	Pai	EE
Família da Jacinta	Pai	IPP
Família do António	Mãe	ENNQ
Família da Inês	Mãe	OI
Família do Francisco	Mãe	IPP
Família do Filipe	Pai	IPP

Legenda: (EE) Empregados executantes (administrativos e serviços), (IPP) Independentes e pequenos patrões do secundário e terciário (menos de 5 empregados), (ENNQ) Empregados não qualificados do terciário, (OI) Operariado Industrial.

3. PRÁTICAS ALIMENTARES DAS CRIANÇAS E NEGOCIAÇÕES EM TORNO DAS SUAS ESCOLHAS

Considerando os testemunhos das crianças e dos progenitores, nesta secção começa-se por desenvolver uma descrição das práticas alimentares das famílias. Procurar-se-á compreender de que modos são organizadas as refeições das crianças ao longo do dia e ao fim de semana, se costumam fazer refeições fora de casa (e.g. na escola, em restaurantes ou em casa de familiares), identificar algumas escolhas alimentares das crianças, a organização das tarefas domésticas relacionadas com a alimentação e a participação das crianças nessas tarefas. Na segunda parte analisam-se as escolhas e as preferências alimentares das crianças, as negociações de autonomia e o controlo parental exercido sobre as escolhas alimentares das crianças. Em cada uma destas partes será tida em consideração a interferência estrutural da posição socioeconómica das famílias e o carácter relacional da ação (i.e. as relações sociais geradas em torno das práticas).

3.1. Práticas alimentares das crianças e suas famílias

A alimentação é uma atividade que abrange um amplo conjunto de práticas, tais como comprar, armazenar e preparar alimentos, cozinhar e comer refeições, limpar e deitar fora os restos das refeições ou das sobras na preparação destas. Por sua vez, essas práticas organizam-se durante o dia-a-dia segundo diversas rotinas que se diferenciam de acordo com a classe social, entre outras categorias de diferenciação que não serão desenvolvidas aqui (e.g. género, etnia). As transformações dos hábitos e dos padrões alimentares têm sido um tema amplamente discutido na sociologia da alimentação (Warde, 1997). Argumenta-se que, a par da diversificação da oferta alimentar e da democratização do acesso a uma diversidade de produtos e experiências culinárias, os padrões rígidos que organizam as refeições ao longo do dia tornaram-se mais flexíveis e diversificados (Fischler, 1988; Mennell, 1987).

Começando pelo pequeno-almoço, constatou-se que a maioria das crianças faz a primeira refeição do dia em casa, geralmente na cozinha e na companhia dos progenitores e/ou dos irmãos. Mesmo assim, identificaram-se diferenças nas práticas em torno desta refeição e na sua organização relacional. Nas famílias da Sara e do António, os progenitores afirmaram que nem sempre tomam o pequeno-almoço e dois pais-homens disseram que por vezes optam por fazê-lo fora de casa (e.g. num café ou numa pastelaria). Nestas famílias, quem costuma estar presente à mesa com as crianças é a mãe e, num dos casos, também os irmãos. Nas famílias da Inês e do Francisco, os diferentes horários escolares e o facto de nem

sempre coincidirem com os horários de trabalho dos pais conduz a que procurem adaptar cada caso particular, dividindo o pequeno-almoço em diferentes turnos.

“Portanto o nosso dia, neste momento como o Francisco está no 5º ano, temos dois turnos de pequeno-almoço. Temos o João com o pai, comem às sete o pequeno-almoço. Temos o mais velho come às sete, eu com os mais novos comemos por volta das oito. O pai come às sete com o mais velho.” (família do Francisco, mãe, ensino superior incompleto, proprietária de uma loja de comércio)

“A Inês depois tem também os dois horários, num entra às oito e meia e a outra entra às nove. Portanto, temos dois pequenos-almoços também.” (família da Inês, mãe, 3º ciclo do básico, cozinheira numa cantina escolar)

Embora, no geral, nem sempre se reúnam todos os membros da família ao pequeno-almoço, em duas famílias com mais recursos (i.e. IPP) observou-se que ambos os progenitores participam de forma mais simétrica na preparação desta refeição para as crianças. Em duas famílias com menos recursos (i.e. EE e ENNQ), o pequeno-almoço dos progenitores nem sempre é feito em casa e são sobretudo as mulheres que ficam responsáveis pela preparação do pequeno-almoço das crianças, como se pode verificar pelo testemunho destas duas famílias.

“A minha mulher levanta-se mais cedo que eu, faz o pequeno-almoço para os miúdos, comem todos, pego neles e vou levá-los à escola.” (família da Sara, pai, 3º ciclo do básico, cabeleireiro)

“No meu caso, às vezes eu tomo pequeno-almoço, às vezes também não tomo. Tomo só um café e fico até às tantas. E os meus filhos, o pequeno-almoço eu é que faço.” (família do António, mãe, ensino secundário incompleto, desempregada).

A meio da manhã, praticamente todas as crianças costumam comer o lanche que levam na lancheira para a escola e que é geralmente preparado em casa pela mãe. Mesmo assim, na família da Jacinta, o pai costuma ir comprar “uma merenda e um leite” (família 2, pai, sem escolaridade, empregado a tempo inteiro, Lisboa, 2012) a uma pastelaria para entregar à filha quando esta vai para a escola. Enquanto o pequeno-almoço é feito em casa e o lanche é maioritariamente preparado pelos progenitores, durante a semana, o almoço das

crianças é no refeitório da escola. Nas famílias com poucos recursos, os progenitores costumam almoçar com alguma frequência em casa – porque estão desempregados, empregados a tempo parcial ou então trabalham próximo da sua residência – procurando aproveitar as sobras do jantar do dia anterior e reduzir os encargos financeiros com a alimentação. Embora alguns progenitores admitam que não têm outra alternativa, também existem situações em que por vezes almoçam fora, por exemplo, com amigos, como podemos verificar pelo testemunho de um pai.

“Eu sou a única pessoa em casa, porque as restantes vão para a escola. Então, sempre fica separado uma parte para o almoço, mas nem sempre como em casa. Às vezes, também aparecem amigos e comemos fora.” (família da Sara, pai, 3º ciclo do básico, cabeleireiro)

Contrariamente, na família do Francisco a mãe costuma almoçar no local de trabalho e na família do Filipe o pai tem por hábito comer num restaurante ou então também no próprio local de trabalho. Mesmo assim, de um modo geral, verificou-se que ao longo da semana os pais não costumam partilhar o almoço com os filhos, deixando essa refeição a cargo dos serviços prestados pela escola em matéria de alimentação escolar.

Para além do lanche da manhã, as crianças costumam comer outro lanche a meio da tarde que é incluído na lancheira que levam para a escola. Mesmo assim, na família da Sara (em que o pai compra o lanche numa pastelaria antes da filha ir para a escola), o pai relata que vai ao supermercado a meio da tarde e compra uma pizza para os filhos aquecerem no micro-ondas quando regressarem da escola. Ao final da tarde, mediante as atividades que têm depois da escola e do apetite que possam ter, as crianças comem mais um lanche que lhes é enviado na lancheira ou é preparado em casa. Como nos indica uma das mães, as crianças chegam a levar até três lanches para a escola.

“Mando sempre três lanches. Um a meio da manhã e dois para comerem durante a tarde principalmente porque eles saem sempre de alguma atividade a seguir à escola” (família do Francisco, mãe, ensino superior incompleto, proprietária de uma loja de comércio)

Contrariamente ao almoço, durante a semana o jantar é quase sempre feito em casa e geralmente é partilhado com os restantes elementos da família. Na maioria das famílias é relatado que esta refeição é sempre feita à mesa, na sala ou na cozinha, e sempre na companhia dos filhos. Mesmo assim, em duas famílias com baixos recursos verificou-se que

isso não costuma acontecer. Na família da Sara, jantam todos à mesa com a exceção da Sara que, segundo refere o pai, tem dificuldades em comer e por isso costuma levar o jantar num tabuleiro para a sala para poder ver televisão. Na família da Jacinta, somente o pai janta na sala para poder ver televisão “descansado” enquanto os outros elementos jantam na cozinha. À exceção da família do Filipe, que costuma fazer as refeições sempre na sala, as restantes costumam jantar na cozinha. Como nos indicam duas mães, o motivo pelo qual algumas famílias optam pela cozinha para jantar deve-se ao facto de essa refeição causar muita sujidade e nesse sentido consideram ser mais prático fazer essa refeição na cozinha.

“Não vamos para a sala sempre, porque vão deixar-me tudo...essas bagunças sou eu que limpo, também – porque é a mulher que faz tudo, não tenho nenhuma menina lá em casa, e eu, como não quero essa bagunça para mim, eu faço mais na cozinha.” (família do António, mãe, ensino secundário incompleto, desempregada)

“As refeições são sempre à mesa porque além de serem 3, são muito porcos ... come-se na mesa na cozinha. Se não passava a vida a apanhar migalhas pela casa toda.” (família do Francisco, mãe, ensino superior incompleto, proprietária de uma loja de comércio)

Por vezes, depois do jantar, as crianças costumam comer um *snack* ou uma peça de fruta enquanto vêm televisão ou antes de se irem deitar. Contudo não é uma prática que ocorra com a mesma regularidade entre as crianças e varia muito ao longo da semana.

Durante o fim de semana, os padrões e os hábitos alimentares de algumas famílias costumam sofrer alterações, sobretudo ao nível das escolhas alimentares e da organização das refeições. Na família do Francisco, uma vez que os pais trabalham alternadamente ao sábado e ao domingo durante a parte da manhã, ao sábado as crianças costumam ir almoçar à casa da avó. À semelhança da família da Inês, também vão pontualmente almoçar ou jantar a um restaurante. No que diz respeito à família do Filipe, o pai homem relata que costuma fazê-lo regularmente.

“Somos só três, e comemos com alguma frequência esse tipo, esse tipo de alimentação e também porque gostamos. Vamos comer fora a alguns restaurantes mas já estão balizados. Portanto é aqueles que vamos porque já sabemos que nos conhecem e tal.” (família do Filipe, pai, secundário incompleto, proprietário de uma loja de comércio)

A ida a restaurantes *fast food* (e.g. McDonald's ou Telepizza) ou *take away* é um hábito transversal a praticamente todas as seis famílias. Todavia, nas famílias com menos recursos, a falta de dinheiro muitas vezes é um obstáculo.

“Se for a minha casa, somos 6 pessoas a comer – 6 a comer, imagina! – gastam em média 35 euros. E depois não é só aquilo: querem o geladinho – há lá gelados também -, querem tudo. Abalam-me sempre 30, 35 euros. Com 35 euros faço almoço e jantar, trago lanche para casa para eles e coisinhas para comer em casa. O que eu faço é, compro os hambúrgueres no talho, compro o pão no Pingo Doce, para hambúrguer – compro aquelas coisas com sementes -, fazem em casa e comem em casa. Fica mais barato.” (família da Jacinta, pai, sem escolaridade, empregado a tempo inteiro)

Ao pequeno-almoço e em relação aos lanches das crianças, observou-se que a maior parte do trabalho envolvido na sua preparação é desempenhado pelas mães. Quando questionados sobre quem costuma cozinhar em casa, as crianças responderam que era sobretudo a mãe, as mulheres admitiram que desempenhavam a maior parte das tarefas e os pais-homens responderam que eram “mulheres”. Embora na família do Filipe seja o pai quem costuma cozinhar, nas restantes famílias são as mulheres que fazem esse trabalho. O papel dos homens limita-se, geralmente, ao desempenho de algumas tarefas envolvidas na alimentação (e.g. compras) e a cozinhar certas refeições (e.g. grelhados no churrasco ou refeições que não são habitualmente consumidas no dia-a-dia). Foi sobretudo nas famílias com menos recursos que se identificou maiores desigualdades de género no trabalho relacionado com a alimentação. Nestas famílias, os discursos dos homens reforçaram a “naturalidade” e centralidade do papel das mulheres na cozinha e transmitiram uma ideia de que homens são incompetentes na cozinha e no trabalho envolvido na preparação das refeições.

“A minha esposa um dia estava de cama e ela disse para eu cozer batatas e cortar para fritar para os miúdos...ai Jesus Cristo! Era óleo por todo o lado, era a loiça sobejando! Ai Jesus! Vestiu-se, foi-se vestir e foi trabalhar para a cozinha, para limpar aquilo que eu fiz. Sabe o que é que é tudo...salta! (...) sei lá! Não sei!” (família da Jacinta, pai, sem escolaridade, empregado a tempo inteiro)

“Em minha casa é a mulher que cozinha. Eu tenho uma filha, que fez agora 17 anos, também

cozinha e, no meu caso, quando é uma coisa específica que eu quero comer naquele dia, eu faço questão de fazer.” (família da Sara, pai, 3º ciclo do básico, cabeleireiro)

“Homem não tem jeito, mesmo! O meu marido sabe cozinhar, mas ele não cozinha quando eu estou em casa!” (família do António, mãe, ensino secundário incompleto, desempregada)

A colaboração das crianças nessas tarefas restringe-se, em praticamente todos os casos, a pequenas tarefas como pôr a mesa ou ajudar a fazer um doce. Alguns pais também costumam levar as crianças às compras mas a maioria opta por não o fazer porque acabam sempre por pedir para levar doces ou outras coisas. A ida às compras geralmente é feita conjuntamente pelo pai e pela mãe. Mesmo assim, num caso, como nos indica um pai, é a mãe que costuma fazer as compras nas mercearias durante a semana enquanto ele só a acompanha ao fim de semana para ir ao mercado ou ao talho e comprar certos produtos (e.g. carnes, peixe) necessários para o planeamento das refeições da semana.

“A minha mulher vai buscar algumas coisas que são mais, que são mais rotineiras, digamos. Depois o planeamento, vamos os dois, mas quem faz o planeamento normalmente sou eu, como sou eu que cozinho. Mas aquelas coisas, os sumos ou o azeite que falta, ou portanto aquela lista que é mais assídua, normalmente, durante a semana, ela vai trazendo qualquer coisa quando vai faltando.” (família do Filipe, pai, secundário incompleto, proprietário de uma loja de comércio, Lisboa, 2012)

Nesta secção começou-se por descrever um conjunto de práticas e de rotinas alimentares destas famílias, assim como alguns aspetos da sua organização. Com base nisso, foi possível observar continuidades e descontinuidades entre as diversas famílias. Partindo das teses propostas por Fischler (1988) e Mennell (1987) em torno da flexibilização dos padrões alimentares e do aumento do consumo de *snacks* entre as refeições, na análise levada a cabo constatou-se que, apesar de poder variar diariamente, a alimentação das crianças não se cinge ao regime de três refeições diárias (i.e. o pequeno-almoço, almoço e jantar) e os seus hábitos alimentares caracterizam-se por um consumo frequente de *snacks* entre e depois das refeições principais. Enquanto a proposta destes autores sugere que os padrões se tornaram irregulares, apesar dos horários em que são ingeridas as refeições ou os *snacks* poderem variar ligeiramente (e.g. o horário do jantar dependendo da hora de saída do trabalho dos progenitores), verificou-se que nestas famílias estas práticas organizam-se de

uma forma relativamente regular ao longo do dia.

A percepção de que a alimentação é uma atividade transversal a vários eventos do quotidiano das crianças remete para outra observação que, sendo crítica aos argumentos que sustentam que a alimentação é uma atividade essencialmente familiar e doméstica (DeVault, 1999; Warde e Martens, 2000), diz respeito às múltiplas geografias das práticas alimentares das crianças. Através dos testemunhos das famílias, constatou-se que as refeições familiares e domésticas ocorrem sobretudo ao fim de semana e, durante a semana, ao pequeno-almoço, ao jantar e, por vezes, ao fim da tarde ou antes das crianças se irem deitar (consumo de um *snack*). Uma vez que este grupo de crianças (6-9 anos) ocupa uma grande parte do seu dia na escola, durante a semana os *snacks* são consumidos no recreio da escola durante a parte da manhã e a parte da tarde, na companhia dos colegas e, por vezes, dos funcionários da escola. O almoço, por sua vez, é feito na cantina juntamente com os colegas e com as funcionárias da empresa de *catering*. Partindo do modelo proposto por Warde (1992) sobre os múltiplos modos de provisão nos quais ocorrem as trocas de bens e serviços para o consumo, considera-se que os modos de provisão doméstico e do Estado desempenham, de forma interrelacionada e desigual, um papel estruturante na alimentação das crianças.

Para além destes circuitos, as crianças também contactam, com menos frequência, com o modo de provisão comunitário (e.g. numa festa de anos de um amigo) e do mercado (através de idas a restaurantes ou encomendando *take away*). Tomando por referência a tese de Lahire (2002) que privilegia a pluralidade de experiências vividas pelos indivíduos e de instâncias culturais com as quais interagem no quotidiano (e.g. escola e a família) na formação do habitus (Bourdieu, 1984), a estruturação da alimentação das práticas alimentares das crianças ocorre em diferentes contextos sociais (para além do doméstico e familiar) onde nem sempre estão patentes, pelo menos explicitamente, relações de parentalidade. Contudo, apesar de uma parte da alimentação das crianças ocorrer distante da vigilância direta dos progenitores e de isso poder representar ganhos de autonomia para as primeiras, a parentalidade não está circunscrita ao meio doméstico e alarga-se a outros meios sociais, como a escola ou o mercado por exemplo. Uma vez que neste grupo etário a participação das crianças em tarefas relacionadas com a preparação da sua alimentação é praticamente inexistente, se se abordar a parentalidade como um trabalho prático (James et al., 2009), são os progenitores que, assumindo múltiplos papéis, entre os quais o papel parental, preparam as refeições para os filhos e para a restante família. Por um lado, os

progenitores podem monitorizar os menus disponibilizados na cantina da escola, embora isso não signifique que vigiem o que as crianças comem efetivamente (e.g. não comer a sopa, a fruta ou a salada) e, por outro lado, são eles que preparam o conteúdo da lancheira. A lancheira representa, deste ponto de vista, um meio através do qual se materializam práticas e relações de parentalidade.

Ao nível das práticas alimentares e de parentalidade destas famílias, identificaram-se também um conjunto de descontinuidades que aparentam relacionar-se, pelo menos, com duas grandes estruturas de diferenciação social que são interdependentes, e que são o género e a classe social. A maioria das tarefas relacionadas com a preparação das refeições familiares (domésticas ou não) é desempenhada pelas mulheres que, deste modo, participam de forma ativa na estruturação da alimentação das crianças. Enquanto em duas famílias de classe mais baixa (i.e. EE e ENNQ) a divisão entre géneros foi mais evidente, sobretudo pelas práticas de divisão do trabalho doméstico e pela naturalização veiculada nos discursos desses progenitores, em duas famílias com mais recursos (i.e. IPP) essas diferenças foram menos evidentes, isto é, foram ao encontro de um cenário onde há uma maior partilha de tarefas entre os progenitores ou, até, onde cabe ao pai a maior parte desse trabalho, invertendo a lógica tradicional de centralidade da figura maternal ou da mulher nas tarefas familiares relacionadas com a alimentação ou com os cuidados prestados às crianças. Houve também dois casos paradigmáticos que envolveram duas famílias com menos capitais onde, primeiro, é o pai que é responsável pela provisão dos *snacks* para o lanche e depois, na outra família, onde ambos os progenitores procuram coordenar entre si algumas tarefas relacionadas com a alimentação e tendo em conta os diferentes horários das crianças. A construção da parentalidade por intermédio da alimentação é um trabalho que, embora possa ser maioritariamente concretizado pela mãe, também conta com uma participação significativa do pai, especialmente nas famílias onde há uma menor divisão entre géneros.

Na análise dos padrões alimentares, encomendar *take away* ou ir a um restaurante *fast food* é uma prática transversal a todas as famílias. Mesmo assim, nas mais carenciadas, a ida a este tipo de restaurantes tem vindo a tornar-se menos frequente e algumas têm que se limitar às trocas domésticas. As desigualdades de classe expressam-se sobretudo na frequência e no tipo de restaurantes escolhidos pelas diferentes famílias. Na organização das refeições familiares, em especial o jantar durante a semana e o almoço ao fim de semana (ou até durante o pequeno-almoço), também foram identificadas algumas diferenças. A

importância da reunião de todos os elementos à mesa durante estas refeições foi um aspeto que surgiu maioritariamente nos discursos dos progenitores com mais capitais. Em duas famílias com menos recursos é frequente não se reunirem todos os elementos à mesa durante o jantar. Deste modo, os modelos práticos das refeições familiares são bastante diversificados, embora isso não represente necessariamente uma individualização das práticas alimentares familiares ou uma redução dos contrastes sociais de classe. Para além do campo simbólico de possibilidades de classe, que pode influenciar as culturas alimentares das famílias, os constrangimentos económicos também continuam a exercer contingência sobre o tipo de práticas e consumos realizados por estas famílias. Assim, tal como no mercado, na família o consumo também se caracteriza pela prevalência de lógicas de desigualdade de classe social.

Por fim, a alimentação das crianças também ocorre no âmbito da provisão de bens e serviços do Estado (através do almoço na cantina ou do leite escolar). A oferta alimentar escolar obedece a um menu único que cumpre com requisitos nutricionais estabelecidos no âmbito de lógicas do biopoder (Foucault, 1984). Para os jovens deste grupo etário, o consumo destas refeições massificou-se depois da generalização da sua oferta em 2005 (Truninger et al., 2012) o que culminou em processos de normalização das dietas das crianças e, conseqüentemente, da estruturação do seu gosto alimentar. Em última análise, constata-se que a alimentação das crianças é uma atividade levada a cabo por intermédio de práticas transversais a diversos contextos sociais de troca no âmbito dos quais as crianças incorporam diferentes formas de articulação com o consumo onde predominam, lado a lado, a massificação e as lógicas de diferenciação por classe social (Warde, 1997).

De modo a explorar criticamente estas hipóteses e, privilegiando a agência das crianças, vão analisar-se de seguida algumas das suas preferências e escolhas alimentares e também um conjunto de práticas de negociação alimentar que se estabelecem com os seus progenitores.

3.2. Preferências e negociações em torno das escolhas alimentares das crianças

Como se pôde constatar, as preferências alimentares não emergem espontaneamente do encontro entre os indivíduos e os alimentos. O gosto, que está frequentemente envolvido nas escolhas, é construído e relativamente partilhado pelos atores sociais de acordo com as vivências que experimentam e com as relações que estabelecem no decurso da sua trajetória

individual. No caso particular das crianças, os eventos familiares representam um espaço de relações e práticas privilegiado mediante o qual desenvolvem primariamente uma relação subjetiva com os alimentos. Além de possibilitarem o acesso ao consumo de alimentos, contribuem para a construção dos seus esquemas de disposições. A infância, enquanto fenómeno geracional e de curso de vida, caracteriza-se estruturalmente por uma relação de poder desigual entre as crianças e os adultos (Alanen, 2001). As escolhas alimentares das crianças são muitas vezes impostas e controladas pelos progenitores. No entanto, o poder parental não é unilateral e o controlo exercido pelos progenitores não representa necessariamente uma imposição contra a vontade da criança. As práticas que se estabelecem no decurso das relações entre as crianças e os adultos devem ser vistas como uma negociação, ainda que assimétrica, e não propriamente como uma imposição unilateral dos segundos sobre os primeiros.

Ao analisar-se as preferências alimentares das crianças, devem ser necessariamente tomadas em consideração as práticas e as rotinas alimentares quotidianas e as negociações familiares em torno das suas escolhas. De acordo com os diários alimentares preenchidos pelas crianças, ao pequeno-almoço, as escolhas são relativamente uniformes e assentam sobretudo no pão (simples, torrado ou tostado) e leite ou então nos cereais com leite. São as mães que geralmente participam mais na preparação e na negociação do conteúdo do pequeno-almoço das crianças. Apesar da maioria das famílias não ter reportado pensar muito nas escolhas das crianças, estas últimas aparentam ser comportamentos automáticos e quotidianos que não exigem grande reflexão. Houve porém o caso da família do Francisco em que a mãe demonstrou uma maior preocupação com o conteúdo da refeição e procurou negociá-lo ativamente com as crianças.

“Então, comemos de manhã, o pequeno é sempre variado porque o Francisco comia tostas mistas todos os dias, assim três de manhã, “porque tu não me dás três tostas, não sabes que o pequeno-almoço é a refeição mais importante?”. Mas é a gulodice das tostas. Então, um dia tem de comer pão fresco, outro dia comem torradas, outro dia comem tostas e temos os cereais. De pacote, que eu não gosto, mas pronto, também não os posso proibir. E então duas vezes por semana deixo-os comer lá os tais chocapic com as estrelitas, que eu acho que o cereal é o pão e o leite. Mas pronto, também não posso contrariar tudo, não é.” (família do Francisco, mãe, ensino superior incompleto, proprietária de uma loja de comércio)

Nesta família, o conteúdo do pequeno-almoço das crianças envolve cedências da parte de ambos os intervenientes e resulta de uma negociação que conjuga as expectativas e vontades dos progenitores e das crianças, que não são necessariamente coesas e que são, por si, uma conjugação flexível entre as aprendizagens dos discursos médico-sanitários sobre a alimentação, as preferências pessoais dos progenitores e dos filhos. Todavia, são impostas restrições no âmbito do poder parental. Embora esta mãe admita que o que a criança come resulta de uma negociação, a expressão de autonomia e dos desejos da criança é considerada, à luz do seu discurso, como uma permissividade que se impõe num contexto relacional em que os progenitores detêm o poder de contrariar ou proibir certas escolhas dos filhos. Nos discursos das famílias com menos recursos verificou-se que os pais procuram sobretudo corresponder às preferências pessoais das crianças, não impondo grandes restrições à sua vontade.

“[Ao pequeno-almoço] é “Chocapic”, ou café com leite. O que eles quiserem. Ou uma tosta.”
(família do António, mãe, ensino secundário incompleto, desempregada)

“Ela gosta de “Chocapic” e “Nestum” com mel, aquele cereal. Se não toma “Chocapic” toma “Nestum” e depois tem lá mais um que é de milho, não é? Já nem me lembro. Compro no Pingo Doce. E o leite toma todas as manhãs. E, às vezes, ela não quer comer aquilo, diz que é para pagar o pequeno-almoço ali ao pé do talho, que ela também gosta muito de merendas.”
(família da Jacinta, pai, sem escolaridade, empregado a tempo inteiro)

Nestas famílias os cereais foram frequentemente designados pela marca, revelando sinais da interpenetração do mercado e da sua oferta no interior do espaço doméstico. Na família da Jacinta a criança por vezes gosta de comer uma “merenda” que é comprada num café/pastelaria perto de casa. O mesmo se aplica aos lanches que as crianças fazem durante a manhã e da parte da tarde. A maioria opta pelo iogurte, pelo leite (simples ou com chocolate), pela fruta, o pão simples ou com chocolate (e.g. “fofinho”). Apenas a mesma mãe que procura diversificar o conteúdo do pequeno-almoço dos filhos demonstrou uma maior preocupação com o conteúdo dos lanches.

“Eu também tento variar. Porque penso assim, cada vez que eles abrem a lancheira ser sempre a mesma coisa. Portanto entre o pão fatiado, ou o pão de bola, mando um lanche de bolachas, bolacha maria com manteiga, porque nós temos terra e então tenho sempre compotas que a

minha mãe faz quando temos muita fruta, fazem marmelada, portanto mando sempre uma de bolachas, uma de pão e depois um iogurte ou um pacote de leite” (família do Francisco, mãe, ensino superior incompleto, proprietária de uma loja de comércio)

Ao almoço, como se pôde constatar, as crianças fazem a refeição na escola. Segundo os seus testemunhos, nem sempre apreciam. Todavia, a refeição disponibilizada na escola não inclui mais do que uma opção. Embora rejeitem alguns alimentos que lhes são servidos, geralmente as crianças têm que escolher comer entre o que lhes é fornecido. Contudo, também existem pratos que apreciam e desse ponto de vista a escola também representa um espaço de aculturação pautado por instâncias de aceitação. Apesar da maioria dos pais delegar esta refeição aos serviços da escola, nem todos os pais procuram saber qual é a alimentação das crianças na escola. Isto verificou-se sobretudo nas famílias com baixo recursos, como nos indica o pai de uma família.

“Ao almoço, um come aqui na escola, que eu não sei o que é que ele come aqui na escola. A minha pequenina, que está no ATL, também não sei o que é que ela come aqui na escola, no ATL” (família da Jacinta, pai, sem escolaridade, empregado a tempo inteiro)

Ao jantar e aos almoços de fim de semana os pais procuram cozinhar refeições que sejam do agrado da maioria dos elementos e, em certas ocasiões, preparam um prato ou um doce que seja uma preferência pessoal das crianças. Apesar da falta de recursos levar a que algumas crianças tenham “que comer o que há” (família da Jacinta, pai, sem escolaridade, empregado a tempo inteiro) ou o que os pais escolhem, também há margem para tentar adaptar certas escolhas às preferências das crianças. Nas famílias com mais recursos, uma vez mais, embora no geral também procurem ir ao encontro das preferências das crianças, algumas famílias demonstraram uma maior preocupação em restringir algumas escolhas dos filhos. Enquanto no caso de duas famílias havia a preocupação de insistir na sopa e noutros pratos que as crianças reportaram não gostar (e.g. vegetais), na família da Inês era muito frequente haver uma negociação com os pais sobre a sua alimentação tendo sobretudo em consideração o seu gosto e as suas reivindicações. Apesar da mãe ceder às preferências da filha na maioria das vezes, também procurou insistir pontualmente num certo tipo de alimentação, como nos indica neste excerto.

“Ela então evita mesmo os fritos, é mais é os grelhados, a hambúrguer é grelhada, as carnes grelhadas. E batata, frito sim, mas como ela não come os fritos ... Mas a Inês pelo menos uma vez por semana as batatas fritas come, como toda a gente gosta. Uma vez por acaso, talvez um mês, uma vez por mês, se nós saímos, digo, queres ir à Portugália, queres comer a comida sem ser ... ‘Não mãe. Hoje vou comer’. Mas é assim, come uma batata frita ou duas e é capaz de comer a hambúrguer ou a carne de frango e não sei quê mas batatas não liga muito. É sempre aquele cuidado. E pronto.” (família da Inês, mãe, 3º ciclo do básico, cozinheira numa cantina escolar)

Embora apenas alguns progenitores apreciem a comida servida nos restaurantes *fast food*, os hambúrgueres e as *pizzas* estão entre as comidas preferidas da maioria das crianças e, nesse sentido, são sobretudo elas que promovem a ida a esses restaurantes. Nas famílias com menos recursos verificou-se que, apesar do desejo de corresponder ao gosto das crianças, os constrangimentos económicos não permitem que isso aconteça com muita regularidade. Por sua vez, nas restantes famílias há uma tentativa de controlar a frequência com que comem aquele tipo de comida e as negociações sobre a ida a este tipo de restaurantes são mais intensas, dados os constrangimentos que são impostos pelos pais.

“Nós vamos lá se calhar, por mês vamos lá duas vezes, pronto. Porque estamos na rua e agora vamos fazer o quê para casa, come-se aqui e pronto. E como. Normalmente não como os hambúrgueres, como aqueles wraps que eles têm, com uma salada às vezes. Eu já negocieei, eu já negocieei comer aqueles hambúrgueres.” (família do Filipe, pai, secundário incompleto, proprietário de uma loja de comércio)

Embora nem todas as crianças admitam que apreciam doces ou que os comem regularmente, em algumas famílias os pais também procuram controlar o consumo de doces e outros *snacks*. Quando questionadas sobre quais são os seus alimentos preferidos, para além dos hambúrgueres e das *pizzas*, as crianças mencionaram a lasanha, o frango grelhado, o salmão grelhado e a carne com massa. Muitos destes pratos correspondem às refeições que são servidas em casa e, como se pode confirmar pelo discurso de algumas crianças, a comida que preferem inclui a que é preparada em casa, especialmente quando comparada com a que é servida na escola.

“Gosto mais do sabor da comida da minha mãe, que a minha mãe faz. Eu digo assim, ó mãe apetecia-me mais comer em casa do que ir comer na escola.” (Inês, 9 anos)

“Para mim [a comida da escola] é diferente porque em casa eu gosto da comida, acho que me sabe melhor porque é a que estou habituado desde pequenino e porque é as minhas avós que fazem.” (Francisco, 9 anos)

“Eu prefiro a comida de casa principalmente do, principalmente por causa do sabor” (Filipe, 9 anos)

Nesta parte descreveram-se aspetos relacionados com o gosto das crianças, com as suas escolhas alimentares e com as negociações levadas a cabo juntamente com os progenitores. Considerando a hipótese levantada na parte anterior, de que alimentação das crianças é estruturada maioritariamente por intermédio da participação em trocas domésticas e do Estado, pôde verificar-se que o mercado também desempenha um papel importante nesse processo. Embora a ida a restaurantes *fast food* seja pouco frequente entre estas famílias (especialmente nas que têm menos poder de compra), todas as crianças afirmaram que gostam de comer pizzas e hambúrgueres. Em alguns casos as crianças mencionaram a massa com carne, que é um prato geralmente servido na escola, como uma das suas comidas preferidas. Também pôde constatar-se que o conteúdo do pequeno-almoço é relativamente homogéneo entre as crianças, embora possa haver sempre uma dimensão de individualização do gosto (e.g. conteúdo do pão, a marca dos cereais). Ao nível das preferências alimentares das crianças, as diferenças de classe social verificaram-se sobretudo ao nível das refeições domésticas ou em restaurantes, sendo que, por exemplo, o frango grelhado (que geralmente é encomendado pelo *take away*) surgiu com maior frequência nas crianças pertencentes às famílias com menos capitais e o salmão grelhado nas que detêm mais recursos. Se se refletir sobre a estrutura do gosto das crianças ou, mais concretamente, do seu habitus (Bourdieu, 1984), no que respeita à alimentação pôde constatar-se que este articula diferentes instâncias culturais que por vezes são contraditórias entre si (e.g. escola e *fast food*) (Lahire, 2002) e que resultam, em certa medida, do acesso a diferentes modos de provisão para o consumo (Warde, 1992).

Apesar das fronteiras entre a família, o mercado e o Estado serem distintas e pouco claras entre as diferentes classes sociais, a família permanece um meio importante de

reprodução das estruturas de classe (Bertaux, 1978) pelo facto dos progenitores possibilitarem ou restringirem, enquanto indivíduos com uma determinada posição no espaço social, o acesso objetivo e simbólico a certos bens e, enquanto figuras parentais, pelo tipo de negociações possíveis de serem levadas a cabo entre as crianças e os progenitores. A comida preparada em casa continua a figurar a maior parte das preferências das crianças e é utilizada, por vezes, como referência de qualidade, por exemplo, comparativamente à maioria da comida disponibilizada na escola. Isto pode explicar-se, por um lado, pelo facto das crianças estarem mais habituadas a comer a comida de casa e, por outro lado, porque durante as negociações familiares, que ocorrem simultaneamente no espaço doméstico, no mercado ou na escola (recreio), as crianças têm mais possibilidades de exprimir a sua agência nas escolhas dos progenitores (por exemplo, comparativamente ao espaço da cantina na escola). Enquanto nas famílias com menos capitais, desde que haja dinheiro, os pais estão dispostos a ir ao encontro das preferências alimentares expressas pelos seus filhos, nas famílias com mais recursos os progenitores procuram negociar algumas escolhas de modo mais restritivo. Nestas famílias, os argumentos utilizados nos discursos dos progenitores focaram essencialmente dois aspetos relacionados com a qualidade dos produtos desejados pelas crianças, o sabor e o valor dito nutricional. A classe social, além de ser uma dimensão estruturante das escolhas alimentares das crianças, também diferencia algumas práticas de parentalidade, identificando-se uma maior preocupação e controlo sobre o tipo de produtos que são consumidos pelos filhos nas famílias em que os progenitores detêm mais capitais.

4. CONCLUSÕES

Este trabalho teve por objetivo geral estudar a relação entre as práticas alimentares das famílias e as preferências alimentares das crianças. Em particular, procurou-se analisar o papel das negociações de autonomia e do controlo parental na construção do gosto alimentar das crianças. Para além disso, houve também a tentativa de compreender a interferência estrutural das desigualdades socioeconómicas na organização destas práticas. Mesmo assim, este trabalho apresenta algumas limitações, em particular no que respeita à metodologia utilizada. Embora os grupos de discussão possam ser bons instrumentos para explorar inicialmente um campo empírico ainda pouco estudado (sociologicamente) em Portugal, uma análise mais intensiva das práticas alimentares e das negociações parentais poderia beneficiar da realização de entrevistas individuais em profundidade com as crianças e com os respetivos progenitores e da utilização do método etnográfico de modo a observar diretamente os processos e as negociações envolvidas na construção do gosto das crianças.

Partindo da análise das rotinas e das práticas alimentares de seis crianças, pôde constatar-se que a sua alimentação segue um padrão diário relativamente regular composto por três refeições (i.e. pequeno-almoço, almoço e jantar), por *snacks* intercalados com as refeições e, de modo mais flexível, também após o jantar ou antes de se irem deitar. Outra característica identificada prende-se com a diversidade dos consumos das crianças. Para além da provisão doméstica, as crianças também acedem aos modos de provisão do Estado (e.g. leite escolar ou a refeição na cantina), do mercado (e.g. comer num restaurante) e comunitário (e.g. festa de anos), embora estes últimos dois com menor regularidade (Rawlins, 2009). A partir da análise da estrutura de preferências alimentares das crianças, pôde constatar-se que a participação nestes diferentes espaços culturais, de trocas e de negociações concede um sentido plural aos processos de estruturação do habitus das crianças (Lahire, 2002). Verificou-se que algumas crianças admitem que gostam de certas comidas da cantina e que os bens obtidos no mercado (e.g. hambúrgueres, pizzas) são os que detêm maior prestígio no conjunto de preferências, ou seja, são os que mais gostam. Para além destes, a comida preparada em casa também figurou entre as preferências destas crianças, realçando o elevado valor simbólico das refeições familiares (DeVault, 1991; Jackson, 2009).

Enquanto algumas práticas alimentares das crianças se organizam segundo lógicas

mais unificadoras (e.g. marcas de cereais que comem ao pequeno-almoço, comer num restaurante *fast food*, o leite escolar ou a refeição na cantina), existem outras que se organizam fundamentalmente segundo as lógicas de diferenciação de classe social. Ao nível do mercado, a frequência com que as famílias com mais capitais vão comer fora e o tipo de restaurante que frequentam são elementos que as distinguem das famílias que pertencem aos outros grupos socioeconómicos com menos recursos. Segundo Warde e Martens (2000), comer fora é uma atividade que comporta um elevado valor simbólico e está associada à pertença a determinados círculos sociais específicos. A frequência e o tipo de restaurantes a que vão podem ser utilizados como um marcador de distinção social por parte destas famílias. Mesmo os restaurantes *fast food*, aos quais a maioria das famílias acede pontualmente, estão cada vez mais inacessíveis às famílias com menor poder económico. Ao nível doméstico também se observaram algumas diferenças socioeconómicas. Enquanto as crianças pertencentes às famílias com menos capitais partilharam a preferência pela lasanha ou o frango do churrasco (encomendado), em duas famílias com mais recursos foi mencionado o salmão grelhado. A posição socioeconómica da família interfere no tipo de experiências alimentares das crianças (Wills et al., 2011), quer objetivamente pelos constrangimentos decorrentes da falta de dinheiro, quer subjetivamente pelas escolhas que são negociadas entre os progenitores e as crianças e que contribuem para a reprodução das estruturas de diferenciação de classe social (Bertaux, 1978).

Dada a idade das crianças que foram selecionadas, a sua independência face aos progenitores nas questões do consumo é reduzida (i.e. participam pouco nas tarefas relacionadas com a aquisição ou preparação da sua comida). Partindo da proposta de James et al. (2009), a parentalidade (assim como a infância) resulta de um trabalho prático levado a cabo por atores sociais que recriam os seus papéis de mãe, pai, filho ou filha. Ao desempenharem um conjunto de tarefas relacionadas com a alimentação das crianças, os progenitores exercem simultaneamente parentalidade sobre os filhos, principalmente na medida em que exercem poder sobre as suas escolhas. Muito embora as relações de poder entre as crianças e os progenitores sejam preponderantemente assimétricas (Alanen, 2001), as refeições familiares resultam de negociações que ocorrem entre os vários elementos, incluindo as crianças. As negociações, como se pôde verificar, não representam necessariamente contestações ou reivindicações de autonomia das crianças ou do poder parental. Em muitas ocasiões, constatou-se que são aceitações por parte das crianças face às

escolhas dos pais e que, simultaneamente, os pais também têm em consideração as preferências das crianças. Todavia, em algumas ocasiões as crianças procuraram exprimir a sua agência negociando, por exemplo, a ida a um restaurante *fast food*. Também houve situações em que os pais exerceram um poder mais restritivo sobre a autonomia de escolha das crianças (e.g. conteúdo do pequeno-almoço). Enquanto principais responsáveis pela preparação de uma parte significativa da alimentação das crianças, os pais medeiam praticamente todas as suas escolhas alimentares, em casa, na escola (no recreio e na cantina) ou nos restaurantes. Se por um lado, as negociações com os progenitores são uma forma de aculturação do gosto das crianças segundo as estruturas coletivas da família, por outro lado, também possibilitam que as crianças exprimam a autonomia do seu gosto.

A este nível também se identificaram algumas diferenças socioeconómicas. Tomando por referência as práticas em torno da preparação das refeições domésticas, verificou-se que nas famílias com menos capitais o desempenho dessas tarefas é fundamentalmente levado a cabo pelas mães. Nas famílias com mais recursos, por sua vez, os pais-homens tendem a partilhar de forma mais equilibrada nessas tarefas. Mesmo assim, uma parte significativa do trabalho relacionado com a alimentação das crianças continua a ser desempenhada pela mãe, atribuindo-lhe um papel predominante nas negociações alimentares das crianças. Também se verificaram diferenças na organização das refeições familiares. Nas famílias com menos capitais, as refeições familiares não implicavam necessariamente que todos os elementos estivessem reunidos à mesa (e.g. o pai que janta na sala enquanto os restantes elementos da família comem na cozinha e a criança que come na sala em frente à televisão enquanto os pais comem na cozinha) enquanto nas outras os progenitores revelaram que procuravam reunir sempre todos os elementos à mesa. Nas famílias com menos capitais, os progenitores também revelaram ser mais permissivos em relação às escolhas das crianças. Nas restantes, por vezes, os progenitores procuraram restringir algumas escolhas das crianças e também vigiá-las mais ativamente (e.g. consumo de *fast food* ou de tostas ao pequeno-almoço).

Em suma, pôde concluir-se que, por um lado, os consumos alimentares das crianças são diversificados, ou seja, transcendem os limites da provisão doméstica, e que isso tem implicações sobre as experiências vividas pelas crianças e os gostos que incorporam. Estão em causa aprendizagens que decorrem da participação quotidiana (durante a semana) nos modos de provisão do Estado e, pontualmente, do mercado. Por outro lado, constatou-se que, mesmo assim, as práticas alimentares das famílias e as negociações entre os progenitores e

as crianças contribuem de forma determinante para a estruturação do gosto alimentar das últimas. As refeições familiares são compostas por instâncias de negociação que contribuem para a assimilação, por parte das crianças, das estruturas coletivas (de classe) do gosto e das preferências pessoais dos progenitores. As negociações podem ser utilizadas, por parte dos pais, para exercer um poder restritivo ou permissivo sobre as escolhas pessoais das crianças e, por parte das crianças, para manifestar desejos de autonomia sobre as suas escolhas alimentares e sobre o seu gosto.

BIBLIOGRAFIA

- Alanen, Leena e Berry Mayall (2001), *Conceptualizing Child-Adult Relations*, London, Routledge.
- Backett-Milburn, Kathryn, Wendy Wills, Mei-Li Roberts e Julia Lawton (2010), "Food and family practices: teenagers, eating and domestic life in differing socio-economic circumstances", *Children's Geographies*, 8 (2), pp.303-314.
- Barthes, R. (1979), 'Toward a psycho-sociology of contemporary food consumption', in R. Forster e O.Ranum (eds) *Food and Drink in History*, Baltimore, The Johns Hopkins University Press.
- Bauman, Zygmunt (2000), *Liquid Modernity*, Cambridge, Polity.
- Beardsworth, Alan e Teresa Keil (1997), *Sociology on the menu: an invitation to the study of food and society*, London, Routledge.
- Beck, Ulrich (1992), *Risk Society: towards a new modernity*, London, Sage.
- Bennett, T., Mike Savage, Elizabeth Silva, Alan Warde, Modesto Gayo-Cal and David Wright (2009) *Culture, Class, Distinction*, London, Routledge.
- Bertaux, Daniel (1978), *Destinos Pessoais e Estrutura de Classes*, Lisboa, Moraes.
- Bourdieu, Pierre (1984), *Distinction: A Social Critique of the Judgement of Taste*, Cambridge, Harvard University Press.
- Caplan, Pat (eds.) (1997), *Food, Health and Identity*, New York, Routledge.
- Carolan, Michael S. (2011), *Embodied Food Politics*, Burlington, Ashgate.
- Costa, António Firmino da (1999), *Sociedade de Bairro. Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*, Oeiras, Celta.
- Costa, António Firmino da, Fernando Luís Machado e João Ferreira de Almeida (2009), "Social classes and educational assets: a transnational analysis" in António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado and Patrícia Ávila (orgs.), *Knowledge and Society (Portugal in the European Context, vol. II)*, Lisboa, Celta, pp. 5-20
- Costa, António Firmino da, Rosário Mauritti, Susana da C. Martins, Fernando L. Machado e João Ferreira de Almeida (2000), "Classes sociais na Europa", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 34, pp.9-46.
- Curtis, Penny, Allison James e Katies Ellis (2010), "Children's snacking, children's food: food moralities and family life", *Children's Geographies*, 8(3), pp.291-302.
- DeVaul, Marjorie (1991), *Feeding the family: The Social Organization of Caring as Gendered Work*, Chicago, The University of Chicago Press.
- Douglas, Mary (1975), "Deciphering a meal", *Daedalus*, 101(1), pp.61-81.
- Fine, Ben e Ellen Leopold (1993), *The World of Consumption*, London, Routledge.
- Fine, Ben (2002), *The World of Consumption: the material and cultural revisited*, London, Routledge.
- Fischler, Claude (1988), "Food, self and identity", *Social Science Information*, 27(2), pp.275-92.
- Foucault, Michele (1978), *The History of Sexuality: An Introduction*, New York, Pantheon.
- Germov, John e Laura Williams (1999), *A Sociology of Food and Nutrition: The Social Appetite*, Oxford, Oxford University Press.
- Giddens, Anthony (1991), *Modernity and Self-Identity: self and society in the late modern age*, California, Stanford University Press.

- Godman, David e Michael Watts (1997), *Globalizing Food: Agrarian Questions and Global Restructuring*, London, Routledge.
- Goldthorpe, John (1996), *Rational Choice Theory and Large-Scale Data Analysis*, Oxford, Oxford University Press.
- Goody, Jack (1982), *Cooking, Cuisine and Class: A Study in Comparative Sociology*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Harvey, Mark, Andrew McMeekin, Sally Randles, Dale Southerton, Bruce Tether e Alan Warde (2001), *Between Demand & Consumption: a framework for research*, Centre for Research on Innovation and Competition, The University of Manchester.
- Hennion, Antoine (2007), “Those Things that Holds Us Together: Taste and Sociology”, *Cultural Sociology*, 1(1), pp.97-114.
- Jackson, Peter (2009), *Changing Families, Changing Food*, London, Palgrave Macmillan.
- James, Allison, Anne-Trine Kjørholt e Vebjorg Tingstad (2009), *Children, Food and Identity in Everyday Life*, London, Palgrave Macmillan.
- Lahire, Bernard (2002), *Homem Plural: os determinantes da ação*, Petrópolis, Editora Vozes.
- Latour, Bruno (2005), *Reassembling the Social: An Introduction to Actor–Network Theory*, Oxford, Oxford University Press.
- Lévi-Strauss, Claude (1969), *The Raw and the Cooked*, Paris, Plon.
- Lupton, Deborah (1996), *Food, the Body and the Self*, London, Sage.
- Malinowski, Bronislaw (1935), *Coral Gardens and their Magic*, New York, American Book Company.
- Mann, Anna, Annemarie Mol, Priya Satakar, Amalinda Savirani, Nasima Selim, Malini Sur e Emily Yates-Doerr (2011), “Mixing methods, tasting fingers: notes on an ethnographic experiment”, *Journal of Ethnographic Theory*, 1(1), pp.221-243.
- Mennell, Stephen (1985), *All Manners of Food: Eating and Taste in England and France from the Middle Ages to the Present*, Oxford, Blackwell.
- Mintz, Sidney (1985), *Sweetness and Power: the Place of Sugar in Modern History*, New York, Penguin.
- Mintz, Sidney e Christine Du Boius (2002), “The Anthropology of Food and Eating”, *Annual Review of Anthropology*, 21, pp.99-119.
- Morgan, David (2011), *Rethinking Family Practices*, London, Palgrave Macmillan.
- Murcott, Anne (1982), “The Cultural Significance of Food and Eating”, *Proceedings of the Nutrition Society*, 41, pp.203-210.
- Nunes de Almeida, Ana, Nuno de Almeida Alves e Ana Delicado (2011), “As crianças e a internet em Portugal: perfis de uso”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 65, pp.9-30.
- Parsons, Talcott (1971), “A estrutura social da família”, in Ruth Nanda Anshen (ed.), *A Família: a sua função e destino*, Lisboa, Meridiano.
- Punch, Samantha, Ian McIntosh e Ruth Emond (2010), “Children’s food practices in families and institutions”, *Children’s Geographies*, 8(3), pp.227-232.
- Radcliffe-Brown, Alfred (1922), *The Andaman Islanders*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Rawlins, Emma (2009), “Choosing Health? Exploring Children’s Eating Practices at Home and at School”, *Antipode*, 41(5), pp.1085-1109.

- Reckwitz, Andreas (2002), "Towards a Theory of Social Practices: A Development in Culturalist Theorizing", *European Journal of Social Theory*, 5(2), pp.243-263.
- Smith, Adam (1759), *The Theory of Moral Sentiments*, London, A. Miller.
- Tovey, Hilary (1997), "Food, Environmentalism and Rural Sociology: On the Organic Farming Movement in Ireland", *Sociologia Ruralis*, 37(1), pp.21-37.
- Truninger, Mónica (2010), *O campo vem à cidade: agricultura biológica, mercado e consumo sustentável*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Truninger, Mónica, José Teixeira, Ana Horta, Sílvia Alexandre & Vanda Aparecida da Silva (2012), *A Evolução do Sistema de Refeições Escolares em Portugal (1933-2012): 1º Relatório de Pesquisa*. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Vasconcelos, Pedro (2002), *Redes de Entajuda Familiar no Portugal Contemporâneo*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, ICS-UL.
- Vasconcelos, Pedro (2011), *Capital Social, Solidariedade Familiar e Desigualdade Social no Portugal Contemporâneo*, Tese de Doutoramento em Sociologia, Lisboa, ISCTE.
- Warde, Alan (1992), "Notes on the relationship between production and consumption" in R. Burr
- Warde, Alan (1994), "Consumption, Identity-Formation and Uncertainty", *Sociology*, 28(4), pp.877-898.
- Warde, Alan (1997), *Food, Consumption and Taste*, London, Sage.
- Warde, Alan e Lydia Martens (2000), *Eating Out: Social Differentiation, Consumption and Pleasure*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Warde, Alan (2005), "Consumption and Theories of Practice", *Journal of Consumer Culture*, 5(2), pp.131-153.
- Wills, Wendy, Kathryn Backett-Milburn, Mei-Li Roberts e Julia Lawton (2011), "The framing of social class distinctions through family food and eating practices", *The Sociological Review*, 59(4), pp.725-740.

ANEXOS**A. Tipologia de Classes (individual)**

Empresários e dirigentes	ED
Profissões intelectuais e científicas	PIC
Profissões técnicas e de enquadramento intermédio	PTEI
Independentes e pequenos patrões do secundário e terciário (menos de 5 empregados)	IPP
Camponeses	C
Empregados executantes (administrativos e serviços)	EE
Empregados não qualificados do terciário	EEÑQ
Operariado industrial	OI
Assalariados agrícolas	AA

B. Operacionalização do conceito de classe

Dimensões	Indicadores
Capital Económico	Condição perante o trabalho;
	Profissão;
	Situação na profissão;
Capital Cultural	Nível de escolaridade.

C. Classificação Nacional das Profissões e Classes Sociais

Foram consideradas apenas as profissões presentes na amostra tendo por base a Classificação Nacional das Profissões (1994).

Grandes grupos	Grandes subgrupos	Subgrupos (3 dígitos)		Situação na profissão	Classe Social
1. Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas	1.3. Diretores e gerentes de pequenas empresas	131	Diretores e gerentes de pequenas empresas	Pequenos patrões	IPP
5. Pessoal dos serviços e vendedores	5.1 ... serviços diretos e particulares, de proteção e segurança	514	Outro pessoal dos serviços diretos e particulares (cabeleireiros, barbeiros, animador cultural...)	Assalariado	EE
				Isolado	IPP
7. Operários, artífices e trabalhadores similares	7.4 Outros operários, artífices e similares	741	Trabalhadores da preparação e confeção de alimentos e bebidas	Assalariado	OI
9. Trabalhadores não qualificados	9.1 ... dos serviços e do comércio	913	Empregados de limpeza	Assalariados	EEÑQ

D. CURRICULUM VITAE

1. Dados pessoais

Nome completo	José Pedro Figueira de Sousa Aguiar Teixeira
Nome profissional de publicação	José Teixeira
Data de nascimento	12-06-1988
País de nacionalidade	Portugal
Morada institucional	Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa Av. Professor Aníbal de Bettencourt, 9 1600-189 Lisboa Portugal
Correio eletrónico	jose.teixeira@ics.ul.pt

2. Habilitações académicas

2010	Licenciatura em Sociologia (Bolonha) do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), com classificação final de <i>14 valores</i> , concluída em Julho de 2010.
------	---

3. Atividades académicas

2010-2013	Mestrando – ISCTE-IUL (Escola de Sociologia e Políticas Públicas).
2006-2010	Estudante de Licenciatura – ISCTE-IUL (Departamento de Sociologia).

4. Outras atividades

Desde 2013	Membro da Associação Europeia de Sociologia (Research Network 5 – Sociology of Consumption).
2013	Organizador, com Mónica Truninger, Ana Horta, Sílvia Alexandre e Vanda A. Silva, do Seminário Internacional “Consumption, Children and Families”, no ICS-UL, 15 de Maio de 2013.
Desde 2012	Sócio da Associação Portuguesa de Sociologia.
2010	Estágio curricular na TNS Research International
De Jul 2009 a Set 2009	Locutor de continuidade na Antena 1 (RTP)

De Jul 2008 a Set 2008	Locutor de continuidade na Antena 1 (RTP)
De Jan 2004 a Dez 2005	Autor de um programa de rádio na Antena 3 (RDP Madeira)

5. Atuais interesses de investigação

Alimentação, consumo e infância.

6. Projetos de investigação

Desde 2011	"Entre a Escola e a Família: Conhecimentos e Práticas Alimentares das Crianças em Idade Escolar", coordenado por Mónica Truninger, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (PTDC/CS-SOC/111214/2009).
------------	--

7. Publicações

7.1. Artigos em revistas de circulação internacional com arbitragem científica

(aceite)	Truninger, Mónica, Ana Horta, Silvia Alexandre, Vanda A. da Silva e José Teixeira, "Children's food meanings and eating contexts: schools and its surroundings", <i>Young Consumers</i> .
----------	---

7.2. Artigos em revistas nacionais com arbitragem científica

(aceite)	Truninger, Mónica, José Teixeira, Ana Hora, Sílvia Alexandre, Vanda A. Da Silva, "Estado social e alimentação escolar: criatividade na austeridade", <i>Forum Sociológico</i> .
(aceite)	Truninger, Mónica, José Teixeira, Ana Horta, Vanda A. da Silva e Silvia Alexandre, "Schools' health education in Portugal: a case study on children's engagement with school meals", <i>Educação, Sociedade & Culturas</i> .

7.3. Publicações em atas de encontros científicos

2012	A. Horta, S. Alexandre, M. Truninger, J. Teixeira, V. A. Silva, "Competing food messages and its appropriation by children at schools and its surroundings", Proceedings of the 5th International Conference on Multidisciplinary Perspectives on Child and Teen Consumption, Milão, pp. 769-783, 12-14 de Dezembro de 2012.
2012	M. Truninger, V. A. Silva, J. Teixeira, A. Horta, S. Alexandre, "Vivências, experiências e políticas alimentares incorporadas: as relações das crianças com a comida escolar", Atas do VI Encontro Nacional de Estudos do Consumo, Rio de Janeiro, 12-14 de Setembro de 2012.

2012	J. Teixeira, “A variabilidade das práticas alimentares das famílias com crianças em Portugal”, Atas do VII Congresso Português de Sociologia, Porto, 19-22 de Junho de 2012.
2012	J. Teixeira, M. Truninger, A. Horta, S. Alexandre, V. A. Silva, “Alimentação, Austeridade e Criatividade: consumo e cidadania nas cantinas escolares”, Atas do VII Congresso Português de Sociologia, Porto, 19-22 de Junho de 2012.

7.4. Relatórios de Pesquisa e Working-Papers

2012	M. Truninger, J. Teixeira, A. Horta, S. Alexandre, V. A. Silva, “A evolução do sistema refeições escolares em Portugal (1933-2012): 1º Relatório de pesquisa”, Estudos e Relatórios ICS, Novembro de 2012.
------	--

7.5. Outras publicações

2012	J. Teixeira, “Alimentação, Família e Juventude”, Plataforma Barómetro Social, 6 de Junho de 2012, URL: http://barometro.com.pt/archives/672 .
------	--

8. Comunicações e Conferências

8.1. Comunicações com arbitragem científica

2013	(Com Mónica Truninger e Ana Horta) “Children’s embodied knowledge: tasting (animals), fruit and vegetables”, 11 th ESA Conference, Turim, 29 de Agosto de 2013.
2013	(Com Mónica Truninger e Ana Horta) “Children’s engagements with meat consumption: school meals in rural spaces”, XXV ESRS Congress, Florença, 29 de Julho de 2013.
2013	(Com Mónica Truninger, Ana Horta, Sílvia Alexandre e Vanda Aparecida da Silva) “Marketing versus educação alimentar: práticas de apropriação pelas crianças”, Congresso Internacional Cive Morum: responsabilidade, respeito e ética na vida em sociedade, Porto, 25 de Março de 2013.
2012	(Com Mónica Truninger, Ana Horta, Sílvia Alexandre e Vanda Aparecida da Silva) “Competing food messages and its appropriation by children at schools and its surroundings”, 5th International Conference on Multidisciplinary Perspectives on Child and Teen Consumption, Milão, 12-14 de Dezembro de 2012.
2012	(Com Mónica Truninger, Ana Horta, Sílvia Alexandre e Vanda Aparecida da Silva) “Responsabilidade e ética no marketing alimentar dirigido a crianças junto de escolas”, 2º Congresso Ibero-americano sobre Responsabilidade Social, Lisboa, 25-27 de Outubro de 2012.
2012	(Com Mónica Truninger, Ana Horta, Sílvia Alexandre e Vanda Aparecida da Silva) “School Meals in Portugal: governing children’s food practices”, ESA Consumption Research Network/Interim Meeting, Berlim, 6 de Setembro de 2012.

	2012.
2012	(Com Mónica Truninger, Ana Horta, Sílvia Alexandre e Vanda Aparecida da Silva) “Vivências, Experiências e Políticas Alimentares Incorporadas: as Relações das Crianças com a Comida Escolar”, VI Encontro Nacional de Estudos do Consumo, Rio de Janeiro, 12-14 de Setembro de 2012.
2012	(Com Mónica Truninger, Ana Horta, Sílvia Alexandre e Vanda Aparecida da Silva) “Children and food lived experiences in the rural: embodied school meals politics”, XIII World Congress of Rural Sociology, Lisboa, 29 de Julho a 4 de Agosto de 2012.
2012	(Com Mónica Truninger, Ana Horta, Sílvia Alexandre e Vanda Aparecida da Silva) “Children and food lived experiences in a cosmopolitan city: embodied school meals politics”, BSA Food Study Group Conference, Londres, 2 e 3 de Julho de 2012.
2012	“A variabilidade das práticas alimentares das famílias com crianças em Portugal”, VII Congresso Português de Sociologia, Porto, 19 a 22 de Junho de 2012.
2012	(Com Mónica Truninger, Ana Horta, Sílvia Alexandre e Vanda Aparecida da Silva) “Alimentação, austeridade e criatividade: consumo e cidadania nas cantinas escolares”, VII Congresso Português de Sociologia, Porto, 19 a 22 de Junho de 2012.
2012	(Com Mónica Truninger, Ana Horta, Sílvia Alexandre e Vanda Aparecida da Silva), “School meals and biopedagogies: a critical examination of their effects on children’s food practices”, 10º Congresso da Associação Europeia de Sociologia em Genebra, 7 a 10 de Setembro de 2011.

8.2 Outras comunicações

2013	(Com Mónica Truninger, Ana Horta, Sílvia Alexandre e Vanda Aparecida da Silva) “As crianças e a alimentação nas escolas: estudo de caso na região de Lisboa”, Seminário: crianças, consumo e alimentação nas escolas: primeiros resultados e debate, Instituto de Ciências Sociais, Lisboa, 26 de Março de 2013.
2013	(Com Mónica Truninger, Ana Horta, Sílvia Alexandre e Vanda Aparecida da Silva) “A alimentação escolar em Portugal: história, organização e políticas”, Seminário: crianças, consumo e alimentação nas escolas: primeiros resultados e debate, Instituto de Ciências Sociais, Lisboa, 26 de Março de 2013.
2012	(Com Mónica Truninger, Ana Horta, Sílvia Alexandre e Vanda Aparecida da Silva) “A educação do gosto: crianças, criatividade e negociações na cantina da escola”, Seminário Comida: Entre Antropologia e a História, III Edição (Alimentação e Cozinha: Entre o Local e o Global), Instituto de Ciências Sociais, Lisboa, 11 de Dezembro de 2012.

2012	(Com Mónica Truninger, Ana Horta, Sílvia Alexandre e Vanda Aparecida da Silva) “Governamentalidades alimentares: a comida da cantina nas escolas portuguesas”, Seminário do Observatório Permanente da Juventude, Instituto de Ciências Sociais, Lisboa, 3 de Dezembro de 2012.
2012	(Com Mónica Truninger, Ana Horta, Sílvia Alexandre e Vanda Aparecida da Silva) “O que sabem as crianças sobre o que comem?”, Semana C&T 2012 – A ciência tal e qual se faz, Instituto de Ciências Sociais, Lisboa, 22 de Novembro de 2012.
2012	(Com Mónica Truninger, Ana Horta, Sílvia Alexandre e Vanda Aparecida da Silva), “Regimes de Governamentalidade nas cantinas escolares portuguesas (1970-2010)”, 2º Encontro ICS, ICS, Lisboa, 17 de Abril de 2012.
2011	(Com Mónica Truninger, Ana Horta, Sílvia Alexandre e Vanda Aparecida da Silva, “Governamentalidades alimentares: a comida da cantina nas escolas portuguesas”, Seminário da Linha de Investigação “SUSTAIN”, ICS-UL, 17 de Novembro de 2011
2011	(Com Mónica Truninger, Ana Horta, Sílvia Alexandre e Vanda Aparecida da Silva), “Children, Food and Taste in Portugal”, La Sociologie de l’enfance a l’épreuve se ses nouveaux objects, ICS-UL, 27 e 28 de Junho de 2011.
2011	(Com Mónica Truninger, Ana Horta, Sílvia Alexandre e Vanda Aparecida da Silva) “Consumo alimentar das crianças e adolescentes: uma reflexão crítica sobre as biopedagogias nas escolas”, Colóquio “Olhares sobre os jovens em Portugal – Saberes, Políticas, Acções”, 3 de Junho de 2011.